

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	22
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	26
4.5 - Processos sigilosos relevantes	27
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	28
4.7 - Outras contingências relevantes	30

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	31
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	32
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	33
5.3 - Descrição dos controles internos	35
5.4 - Alterações significativas	36
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	37
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	38
6.3 - Breve histórico	39
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.6 - Outras informações relevantes	44
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	45
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	46
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	47
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	64
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	65
7.8 - Políticas socioambientais	66
7.9 - Outras informações relevantes	67
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	68
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	69
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	70

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	71
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	74
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	76
9.2 - Outras informações relevantes	78
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	79
10.2 - Resultado operacional e financeiro	93
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	97
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	98
10.5 - Políticas contábeis críticas	99
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	111
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	112
10.8 - Plano de Negócios	113
10.9 - Outros fatores com influência relevante	114
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	115
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	116
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	117
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	121
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	123
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	124
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	125
12.7/8 - Composição dos comitês	129

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	130
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	132
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	138
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	139
12.13 - Outras informações relevantes	140

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	141
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	147
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	148
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	149
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	150
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	151
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	152
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	153
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	154
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	155
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	157
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	158
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	159
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	160
13.16 - Outras informações relevantes	161

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	162
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	163
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	164
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	166
14.5 - Outras informações relevantes	167

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	168
15.3 - Distribuição de capital	179
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	180
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	181
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	188
15.7 - Principais operações societárias	189
15.8 - Outras informações relevantes	190

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	191
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	192
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	195
16.4 - Outras informações relevantes	196

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	197
17.2 - Aumentos do capital social	198
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	199
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	200
17.5 - Outras informações relevantes	201

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	202
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	203
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	204
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	205
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	206
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	208
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	209
18.8 - Títulos emitidos no exterior	210
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	211
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	212
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	213
18.12 - Outras informações relevantes	214

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	216
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	217
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	218

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	219
20.2 - Outras informações relevantes	220

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	221
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	222
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	223
21.4 - Outras informações relevantes	224

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cesar Gomes Júnior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

John Shojiro Suzuki

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

Portobello Grupo

Declaração do Diretor Presidente

Cesar Gomes Junior, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 305.583.019-91 e Carteira de Identidade nº 1/R 276.175, expedida por SSI/SC, com endereço comercial na Rodovia SC 401, km 5, nº 4756, em Florianópolis (SC); na qualidade de Diretor Presidente da **PBG S.A.** ("Companhia"), vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que:

- a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Cesar Gomes Junior
Diretor Presidente

Portobello Grupo

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

John Suzuki, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 25.014.449-9 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 260.176.488-02, com endereço comercial na Rodovia SC 401, km 5, nº 4756, em Florianópolis (SC); na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **PBG S.A.** (“Companhia”), vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que:

- a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



John Suzuki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0024-17
Período de prestação de serviço	28/02/2008 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, controladora e consolidado preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade; revisão das informações trimestrais da controladora e consolidado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorários, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pelos serviços de auditoria prestados no último exercício social (findo em 31 de dezembro de 2011) foi de R\$ 252 mil. A Companhia não contratou e não realizou desembolsos relativos a honorários de trabalhos de não auditoria prestados pelos seus Auditores Independentes no exercício de 2011.
Justificativa da substituição	Não aplicável, dado que não houve substituição dos auditores independentes nos últimos três exercícios sociais.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, dado que não houve substituição dos auditores independentes nos últimos três exercícios sociais.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Alexandre Peres	01/04/2009 a 31/03/2010	116.814.068-45	Rua Alexandre Dohler, nº 129, 6º andar, cj 605, Centro, Joinville, SC, Brasil, CEP 89201-260, Telefone (47) 34227848, Fax (47) 34226771, e-mail: carlos.perez@br.pwc.com
Carlos Biedermann	28/02/2008 a 31/03/2009	220.349.270-87	Rua Alexandre Dohler, nº 129, 6º andar, cj 605, Centro, Joinville, SC, Brasil, CEP 89201-260, Telefone (47) 34227848, Fax (47) 34226771, e-mail: carlos.biedermann@br.pwc.com
Carlos Biedermann	01/04/2010 a 30/06/2011	220.349.270-87	Avenida Rio Branco, nº 847, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (48) 32120200, Fax (48) 32120210, e-mail: carlos.biedermann@br.pwc.com
Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior	01/07/2011 a 31/12/2012	149.917.078-54	Avenida Rio Branco, nº 847, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (48) 32120200, Fax (48) 32120210, e-mail: mario.tannhauser@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade; revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorários, da KPMG Auditores Independentes pelos serviços de auditoria prestados no último exercício social (findo em 31 de dezembro de 2015) foi de R\$ 199 mil. A Companhia contratou honorários de trabalhos de não auditoria prestados pelos seus Auditores Independentes no exercício de 2015 para a emissão de relatório baseado na NBC TO 300 sobre covenants e a tradução do relatório de controles internos, totalizando honorários de R\$ 7 mil.
Justificativa da substituição	Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 22 de fevereiro de 2013, foi aprovada a contratação pela Companhia, da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a prestação do serviço de auditoria independente a partir do exercício social de 2013, em substituição a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). A referida contratação ocorreu em função do rodízio de auditores independentes determinado pelo artigo 31 da Instrução CVM n 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, dado que a PwC anuiu com a sua substituição da função de auditoria externa da Companhia.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Claudio Henrique Damasceno Reis	01/01/2013	002.867.907-50	Avenida Professor Otho Gama D'êça, nº 677, 6º andar, Sala 603, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-240, Telefone (48) 32055300, Fax (48) 32055301, e-mail: chreis@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	231.856.134,00	237.280.445,45	191.857.561,72
Ativo Total	1.351.891.545,00	1.132.854.356,77	917.103.943,29
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.060.394.715,98	949.145.832,28	834.032.373,29
Resultado Bruto	396.201.990,17	357.216.925,68	303.753.509,62
Resultado Líquido	52.672.450,76	96.483.442,48	90.510.584,14
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	158.488.517	158.488.517	158.488.517
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,462921	1,497146	1,210546
Resultado Básico por Ação	0,332342	0,589844	0,571086

3.2 - Medições não contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	2015	2014	EBITDA 2013
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	52.652	93.464	90.496
Resultado financeiro	58.024	21.206	18.468
Depreciação, amortização e exaustão	32.364	25.257	18.533
Imposto de renda e contribuição social	23.708	36.044	28.538
(=) EBITDA	166.748	175.971	156.035
% da Receita Líquida	15,7%	18,6%	18,7%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA (*“earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”* ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, aferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas. O EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

a) Redução de capital

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de novembro de 2012 deliberou e aprovou a redução do capital social da Companhia em R\$ 72.159.243,12 (setenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais e doze centavos), passando de R\$ 112.957.487,40 (cento e doze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos), para R\$ 40.798.244,28 (quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

A redução voluntária no capital social da Companhia ocorreu devido à perda patrimonial, resultando na absorção de prejuízos acumulados, amparado pelo Art. 173 da Lei 6.404/76, não havendo alteração na quantidade total de ações. Como consequência os eventuais lucros apurados a partir de então não serão mais destinados à conta de prejuízos acumulados, ficando a disposição da AGO. Assim sendo, como o capital já estava integralizado, não houve redução da quantidade de ações, bem como, restituição aos acionistas.

b) Aumento de capital

Em 30 de Abril de 2013 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 5.266.920,03 (cinco milhões duzentos e sessenta e seis mil novecentos e vinte reais e três centavos), onde R\$ 5.000.000,00 provém da rubrica Reserva de Lucros a Distribuir e R\$ 266.920,03 da Reserva de Capital, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76, portanto o capital social passará de R\$ 40.798.244,28 (quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos) para R\$ 46.065.164,31 (quarenta e seis milhões sessenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e trinta e um centavos). Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração.

Em 30 de Abril de 2014 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 30.500.000,00 (trinta milhões e quinhentos mil reais), exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76, portanto o capital social passará de R\$ 46.065.164,31 (quarenta e seis milhões sessenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e trinta e um centavos) para R\$ 76.565.164,31 (setenta e seis milhões quinhentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e trinta e um centavos). Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração.

Em 30 de Abril de 2015 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76, portanto o capital social passará de R\$ 76.565.164,31 (setenta e seis milhões quinhentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e trinta e um centavos) para R\$ 99.565.164,31 (noventa e nove milhões quinhentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e trinta e um centavos). Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração.

Em 29 de Abril de 2016 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76, portanto o capital social passará de R\$ 99.565.164,31 (noventa e

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

nove milhões quinhentos e sessenta e cinco mil cento e trinta quatro reais e trinta e um centavos) para R\$ 119.565.164,31 (cento e dezenove milhões quinhentos e sessenta e cinco mil cento e trinta quatro reais e trinta e um centavos). Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício Social encerrado em:	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.</p>		
Valores das retenções de lucros	R\$ 139.193	R\$ 143.749	R\$ 115.651
b) Regras sobre a distribuição de dividendos:	<p>Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alínea d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O Estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade da Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório</p>		
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	R\$ 12.505	R\$ 44.396	R\$ 30.090
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou	<p>Não há.</p>		

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	50.019.264,42	88.790.511,70	85.970.492,95
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000	50,000000	35,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	21,550000	33,180000	40,770000
Dividendo distribuído total	12.504.816,11	44.395.255,85	30.089.672,53
Lucro líquido retido	20.147.041,18	26.068.440,68	29.905.583,21
Data da aprovação da retenção	29/04/2016	30/04/2015	30/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	5.236.456,34	21/09/2015	5.709.709,23	26/09/2014	3.658.505,02	26/09/2013
Ordinária					7.674.963,29	30/05/2014
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	7.268.359,77	04/07/2016	22.197.627,92		2.796.381,11	26/09/2013
Ordinária					15.959.823,11	30/05/2014
Outros						
Ordinária			16.487.918,70			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	1.120.036.903,74	Índice de Endividamento	4,83074088	
	0,00	Outros índices	3,02108730	São apresentados dois novos índices, o primeiro é apurado através da divisão da dívida bancária líquida em 31 de dezembro de 2015 pelo EBITDA do exercício. A dívida bancária líquida corresponde ao saldo dos empréstimos e financiamentos (incluindo saldo de financiamentos de longo prazo de fornecedores de máquinas e equipamentos) deduzidos das disponibilidades e títulos e valores mobiliários.
	0,00	Outros índices	3,51581892	O segundo índice é obtido a partir da divisão da dívida líquida pelo EBITDA. A dívida líquida é composta pelos empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários. A abertura em dois índices com e sem a dívida dos parcelamentos tributários, é elucidativa devido ao prazo muito mais longo de amortização das últimas, em sua maior parte, superior a cinco anos, chegando até quinze anos, comparado com o prazo da dívida bancária, que em sua maior parte é inferior a três anos.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		31.607.095,51	121.772.254,58	135.131.039,50	89.208.740,17	377.719.129,76
Total			31.607.095,51	121.772.254,58	135.131.039,50	89.208.740,17	377.719.129,76

Observação

As informações prestadas acima são baseadas nos dados consolidados divulgados nas Demonstrações Financeiras de 2015.

Devido a limitações do sistema, informamos a garantia mais relevante, as demais estão segregadas no item 3.9 deste formulário.

Os critérios definidos para garantia real incluem todas as garantias de equipamentos e hipotecas, como flutuante todas as garantias rotativas (recebíveis, carta fiança) e como quirografárias as garantias cleans, ou seja, sem garantia.

3.9 - Outras informações relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido a limitações do sistema, informamos a garantia mais relevante no item 3.8, e as demais estão segregadas abaixo, todas na categoria de Empréstimos:

Exercício Social: 31/12/2015		Vencimento			
Tipo de Dívida: Empréstimos	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Garantia Real					
Empréstimos e Financiamentos	377.719.129,76	31.607.095,51	121.772.254,58	135.131.039,50	89.208.740,17
Garantia Flutuante					
Empréstimos e Financiamentos	233.874.154,07	134.856.940,83	93.013.894,27	4.968.191,15	1.035.127,82
Garantia Quirografária					
Empréstimos e Financiamentos	86.134.251,01	44.249.933,71	31.833.968,11	10.050.349,19	-
Total	697.727.534,84	210.713.970,05	246.620.116,96	150.149.579,84	90.243.867,99

Obs: As informações prestadas acima são baseadas nos dados consolidados divulgados nas Demonstrações Financeiras de 2015.

Os critérios definidos para garantia real incluem todas as garantias de equipamentos e hipotecas, como flutuantes todas as garantias rotativas (recebíveis, carta fiança) e como quirografárias as garantias cleans, ou seja, sem garantias.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Com relação à Companhia:

- Risco na execução da estratégia de crescimento

A Companhia inaugurou em setembro de 2015 a fábrica no nordeste, motor da nova marca – Pointer. Vários fatores podem interferir na execução dessa estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas:

- Aumento da inflação, taxas de juros, taxas de câmbio;
- Variação nos níveis de renda e emprego;
- Políticas fiscais;
- Impactos na economia brasileira;
- Disponibilidade de mão de obra qualificada;

- Riscos associados a possíveis perdas nos processos judiciais

Atualmente a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais, conforme detalhados no item 4.3. Caso haja decisões desfavoráveis e/ou caso as perdas sejam significativamente superiores aos montantes provisionados, existe o risco de impacto no resultado e na condição financeira da Companhia.

- Falhas nos sistemas de tecnologia de informação

As operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas da tecnologia de informação, para o registro das vendas, apoio na geração de relatórios financeiros, ferramentas da web, controle de custos e estoques, contas a pagar e contas a receber, entre outros. Possíveis falhas na execução desses sistemas poderá afetar as operações e o desempenho da Companhia de forma adversa.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em abril de 2011 um acordo de acionistas com cerca de 60% do capital votante, com validade de trinta anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à pequena liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

A Companhia possui créditos fiscais com a parte relacionada Refinadora Catarinense S.A., intitulados “crédito-prêmio IPI” e o risco apresentado é em relação ao prazo de recebimento destes haveres. Ressalta-se o baixo risco desta operação considerando que o contrato celebrado com a “Refinadora” possui garantia de ressarcimento dos valores não utilizados, que os créditos em garantia já se transformaram em precatório pagos anualmente por um período de 10 anos. A Companhia recebeu quatro parcelas (de um total de dez parcelas, conforme disposição contratual) sendo uma em agosto de 2011, uma em março de 2013, uma em abril de 2014, e uma em dezembro de 2015 nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente.

A Companhia participa com 99% ou mais de suas controladas, todas atuando na cadeia do segmento cerâmico, portanto não há risco para o negócio que não esteja considerado na Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Com relação aos fornecedores da Companhia:

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados;

Utilização do gás natural, principal combustível para a produção de cerâmica, atualmente oriundo da Bolívia, e a alternativa energética seria o GLP, de custo mais alto;

Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários players do segmento, o que significa que a competitividade relativa da Companhia é preservada. Atualmente, a composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2015		2014		2013	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumos - Nacionais	274.245	41,29%	244.112	41,24%	238.626	45,00%
Insumos - Outsourcing	163.524	24,62%	145.437	24,57%	137.873	26,00%
Energia / Gás Natural	110.655	16,66%	98.319	16,61%	67.345	12,70%
Mão de obra	83.406	12,56%	78.786	13,31%	67.902	12,81%
Depreciação e Amortização	32.363	4,87%	25.275	4,27%	18.533	3,49%
Total	664.193	100,00%	591.929	100,00%	530.279	100,00%

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de crédito a seus clientes. Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, o resultado da Companhia poderá ser afetado.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

O consumo de produtos cerâmicos está intimamente ligado ao desempenho do setor imobiliário, que depende de disponibilidade de crédito aos consumidores e construtores. Em caso de haver deterioração neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia. Cumpre ressaltar que os produtos cerâmicos são consumidos na última fase do ciclo médio da construção civil – o que significa que, em 2014, a Companhia se beneficiou das obras iniciadas em 2012 e 2011, apesar do período de retração que o setor estava apresentando, e que devido a este momento vivido no cenário econômico em 2014, pode sofrer impactos negativos em sua receita já em 2015 e 2016.

Conforme pesquisa Sondagem da Construção Civil, da Confederação Nacional da Indústria¹, em 2015 a atividade apresentou menor otimismo no desempenho até maio. O pessimismo com relação ao nível de atividade, novos empreendimentos e serviços, compras de insumos e matérias-primas e número de empregados aumentou, e há expectativa de baixa disposição para investimentos nos próximos seis meses.

As condições da economia, do mercado imobiliário, e os ciclos da indústria de construção são influenciados por: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional (iii) confiança e demanda do consumidor (iv) crescimento da renda; (v) taxa de juros; (vi) inflação; e (vii) disponibilidade de financiamento; entre outros fatores que podem provocar volatilidade na demanda.

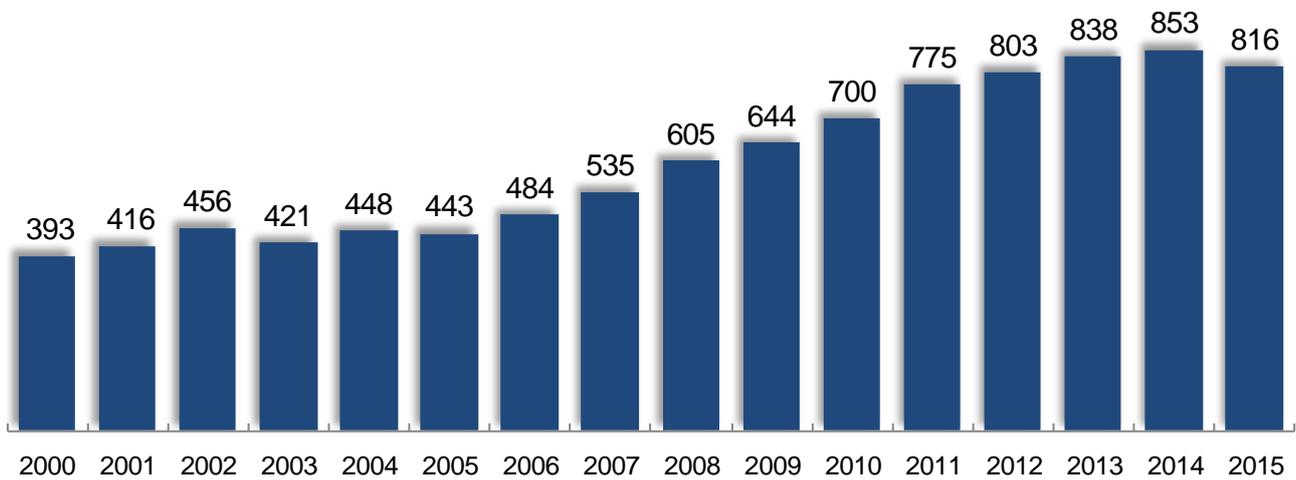
¹<http://www.cbicdados.com.br/menu/sondagem-da-construcao/sondagem-industria-da-construcao-cnicbic>.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

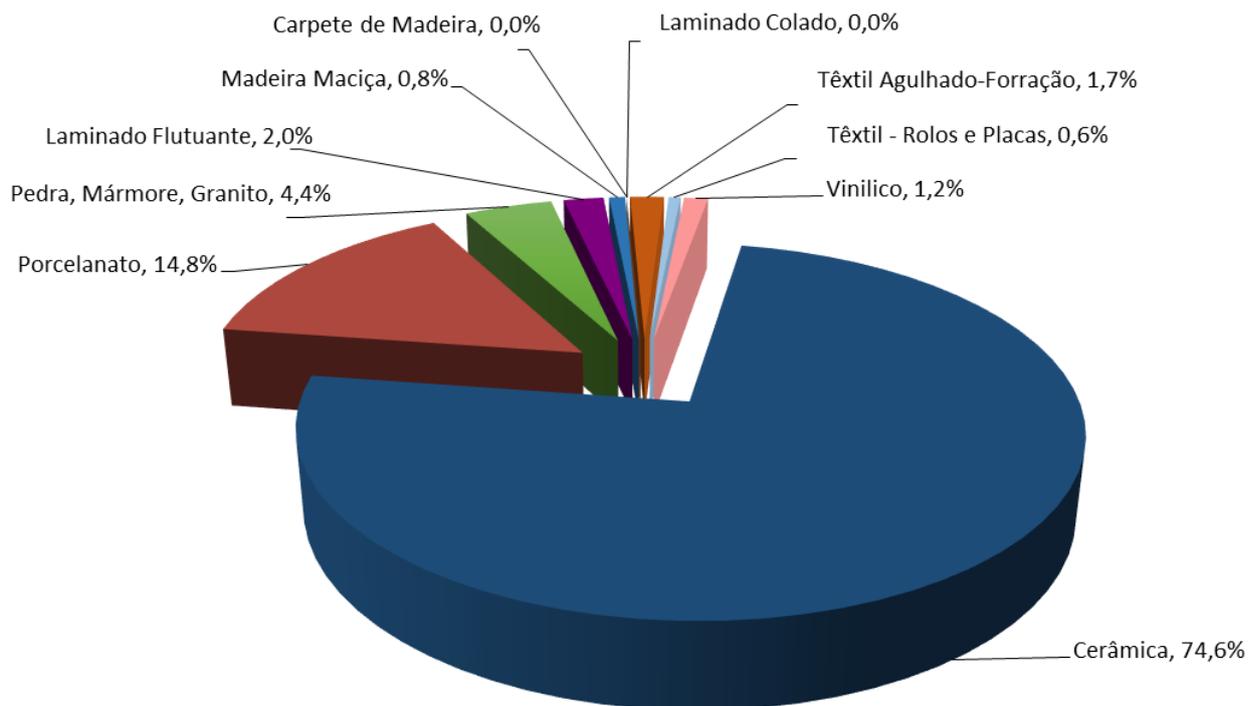
A percepção de baixo risco de mercado à operação é reforçada pela tendência de consumo de revestimentos cerâmicos no mercado brasileiro que, segundo dados da associação do setor, a Anfacer, exhibe uma sólida e constante trajetória de crescimento nos últimos anos:

Vendas (milhões m²)



Chama ainda a atenção o fato de que, no total das vendas de revestimentos, as tipologias predominantes são a cerâmica e o porcelanato, segundo estatísticas da Abiplar de 2015 e que são os principais produtos industrializados e comercializados pela Portobello:

Consumo: Cerâmica + Porcelanato = 89,4% do consumo interno de revestimentos para pisos.



4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A carga tributária sobre os produtos cerâmicos, como exemplo o IPI que teve a redução dos percentuais das alíquotas incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado, cujo risco seria um aumento repentino das alíquotas, influenciando diretamente as vendas da Companhia.

A regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pode afetar o suprimento de matérias primas;

Regulamentação do meio ambiente – cujo risco é diminuído pela postura proativa da empresa que, desde sua fundação, buscou antecipar-se às exigências legais. Por este motivo, a Companhia já alcançou a marca de 99,5% de reaproveitamento dos resíduos sólidos gerados na produção.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua:

Os riscos são pequenos, difusos e diversificados, uma vez que a Companhia atualmente tem pequena parcela de seu negócio (cerca de 10%) dependente do mercado externo e suas exportações não são concentradas, estando direcionadas para muitos países.

j) Com relação às questões socioambientais:

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente devido à falta de abastecimento de gás natural, por ocasião de enchentes ou outros eventos naturais que possam causar danos do gasoduto que abastece o Estado de Santa Catarina.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, também descritos no item 4.1 (e) a (i).

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euro. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras e exportação) há mais diluição dos riscos de mercado do que os demais concorrentes do setor cerâmico brasileiro. Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (de 5%, mas atualmente com alíquota zero para o setor, por prazo indeterminado), PIS e COFINS.

i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

É demonstrada a seguir a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2015	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 97,22% CDI)	184.771	Baixa CDI	14,14%	25.401	10,61%	19.051	7,07%	12.700
	184.771			25.401		19.051		12.700
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(15.541)	Alta CDI	14,14%	(2.197)	17,68%	(2.747)	21,21%	(3.296)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(164.655)	Alta CDI	14,14%	(23.282)	17,68%	(29.103)	21,21%	(34.923)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(28.774)	Alta CDI	14,14%	(4.069)	17,68%	(5.086)	21,21%	(6.103)
Debêntures	(197.499)	Alta CDI	14,14%	(27.926)	17,68%	(34.908)	21,21%	(41.890)
Empréstimos - BNDES	(2.362)	Alta TJLP	7,50%	(177)	9,38%	(221)	11,25%	(266)
Parcelamento	(82.495)	Alta Selic	14,25%	(11.756)	17,81%	(14.694)	21,38%	(17.633)
	(491.326)			(69.407)		(86.759)		(104.111)

ii) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2015	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	47.775	4,280	4.591	5,350	11.944	6,420	23.888
Conta corrente	594	4,280	57	5,350	149	6,420	297
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.640)	4,280	(1.695)	5,350	(4.410)	6,420	(8.820)
Empréstimos e financiamentos	(175.283)	4,280	(16.842)	5,350	(43.821)	6,420	(87.641)
(-) Operação Swap	76.630	4,280	7.363	5,350	19.158	6,420	38.315
Exposição líquida	(67.924)	4,280	(6.526)	5,350	(16.980)	6,420	(33.961)

iii) Risco de mercado, crédito e liquidez

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia e suas controladas mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Consolidado											
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014				31 de dezembro de 2013			
	Empréstimos e financiamentos	Forn e ctas a pg invest.	Parcela mento	Total	Empréstimos e financiamentos	Forn e ctas a pg invest.	Parcela mento	Total	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcela mento	Total
Menos de um ano	211.513	143.310	9.081	363.904	173.062	158.506	8.358	339.926	91.284	153.922	18.080	263.286
Entre um e dois anos	254.477	47.923	18.744	321.144	199.094	33.287	17.298	249.679	156.780	15.966	20.055	192.801
Entre dois e cinco anos	191.774	-	28.116	219.890	59.705	-	25.947	85.652	47.962	-	30.084	78.046
Acima de cinco anos	51.303	-	26.554	77.857	23.931	-	33.157	57.088	2.545	-	48.477	51.022
	709.067	191.233	82.495	982.795	455.792	191.793	84.760	732.345	298.571	169.888	116.696	585.155

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida, no entanto, é prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e ao acompanhamento do cenário macro econômico, ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário, de forma a minimizar o efeito sobre os seus negócios de forma adversa.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 122 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 74 são processos administrativos e 48 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto..

(ii) Processos Trabalhistas

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015	
Juízo	15ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	Vara do Trabalho – Liquidação de sentença
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: J. M. F. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 12.011.779,31

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2015.

(iii) Processos Cíveis

Processo nº 023.01.061025-4	
Juízo	Florianópolis
Instância	3ª instância (STJ)
Data de instauração	13/12/2001
Partes no processo	Autores: F. Z. e outros. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	R\$ 900
Principais fatos	Ação ordinária objetivando compelir a ré ao pagamento de indenização decorrente de inexecução contratual. SENTENÇA JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS DO AUTOR PARA: a) determinar que a requerida se abstenha de inscrever o nome dos autores nos cadastros de inadimplentes; b) Condenar a requerida ao adimplemento dos contratos de financiamento firmados entre os autores junto à Caixa Econômica Federal; c) Condenar a requerida ao pagamento dos prejuízos sofridos pelos autores, no importe de R\$ 2 para cada um deles, referentes a cada mês de vigência do contrato (36 meses), os quais totalizam a quantia de R\$ 72, devendo estes serem corrigidos pelos índices do INPC a partir do ajuizamento da demanda, e acrescidos de juros moratórios a partir da citação inicial no patamar de 0,5% ao mês (CC/1916, art. 1062) até a data de entrada em vigor do CC de 2002 (11/01/2003) e, a partir de então, de 1% ao mês (CC/2002, art. 406); d) Condenar a requerida ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios de 10%. Não houve intimação da sentença para os atuais procuradores, razão pela qual foi requerida a abertura do prazo para apelação. Aguarda apreciação do pedido.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 3.770.351,73

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2015.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não possuem processos relacionados cujas partes contrárias seriam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não são partes de processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 122 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 74 são processos administrativos e 48 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto, conforme descrito no item 4.3 (i).

- INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativa de planos de saúde (Unimed e Uniodonto), sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2015 soma R\$ 601 (R\$ 2.567 em 31 de dezembro de 2014).

-Exclusão do ICMS da base de calculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandado de segurança objetivando alterar a base de calculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de calculo em relevo, e o montante até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.475.

-PIS e COFINS sobre receitas financeiras

Em setembro de 2015, a Companhia impetrou mandado de segurança objetivando suspender o valor de Pis/Cofins sobre receitas financeiras. Mensalmente os valores apurados e pagos através de depósito judicial. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2015 é R\$ 382.

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 372 reclamações trabalhistas (378 reclamações em 31 de dezembro de 2014), destas 255 versam sobre insalubridade, movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Reclamatória Trabalhista n. 01323-2005.040-12-00-7, de autoria do Sindicato dos Empregados, que teve por objeto o adicional de insalubridade nas fábricas. A decisão gerou o direito aos empregados que constavam no rol de substituídos para executar a sentença que deferiu o adicional de insalubridade. O valor provisionado atual é de R\$ 730 mil.

Ação Civil Pública n. 02374-2008-040-12-00-9, de autoria do Ministério Público do Trabalho, que teve por objeto o controle de registro de ponto dos empregados (Período 01/2006 – 08/2008). A decisão condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 1 mil, corrigidos, por empregado. O valor provisionado atual é de R\$ 880 mil.

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 232 ações cíveis (185 ações em 31 de dezembro de 2014), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, dado que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Cabe à Diretoria de Finanças e Relações com Investidores a aprovação e controle das execuções das estratégias adotadas.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) Riscos para os quais se busca proteção:

Risco cambial: A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, dispondo, portanto, de “*hedge*” natural em seu fluxo de caixa.

Risco de taxa de juros: é decorrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito: A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites periodicamente.

Risco patrimonial: A Companhia possui apólices de seguros visando cobrir eventuais sinistros, nas modalidades de Responsabilidade Civil Geral para danos nas instalações do parque fabril, Responsabilidade Civil para Administradores para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores.

b) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia não tem por prática contratar ou emitir instrumentos financeiros derivativos devido ao elevado risco, mas possui operação de *Swap* de taxa de juros, contratada em 2013 e 2014. Esta proteção refere-se ao risco de taxa de juros atrelada ao CDI, como estratégia a qual a Companhia optou como mais segura, uma vez que, sua exposição esta vinculada a taxa praticada no mercado.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza um Contrato de *Swap* de taxa de juros conforme mencionado acima e uma conta internacional para proteção patrimonial. A conta internacional consiste na proteção de direitos ou obrigações de natureza comercial ou financeira, sujeitos a riscos de variação, taxas de juros e paridades entre moedas estrangeiras.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia realiza controle periódico do fluxo de caixa e orçamento, monitorando os saldos para os períodos futuros, alinhando as diretrizes e corrigindo-as conforme as necessidades de caixa, visando sempre as melhores condições de captação para não onerar os resultados da Companhia. Busca também eliminar os riscos com a inadimplência monitorando a carteira de clientes e ajustando sempre que necessário os processos de crédito e cobrança.

Todos os indicadores acompanhados são definidos no Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração. O Conselho limita a alçada da Diretoria em R\$ 20 milhões, e os valores inferiores são aprovados pela Diretoria.

Referente a operacionalização de crédito e cobrança, a Companhia dispõe de um ERP com parâmetros de segurança onde todos os clientes são avaliados, inclusive com consultas de mercado, onde são atribuídos limites de crédito e aprovação por alçada.

e) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não tem por prática operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estratégia de monitoramento de riscos tem sido conduzida principalmente pela área financeira da Companhia, atendendo a diretriz de exposição cambial, citada no item “a” deste.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todas as decisões relativas às operações que envolvam algum risco para a Companhia são avaliadas e aprovadas antecipadamente pela Administração, e o gerenciamento dos riscos é um processo contínuo dentro da Companhia, que são geridos principalmente pela área financeira, conforme mencionado no item “f”.

A Companhia possui normas internas para o cumprimento desses processos, e dispõe de um ERP parametrizado para garantir que a sua estrutura operacional seja suficiente e atenda as necessidades de gestão. Também conta com o plano de auditoria interna contratada, visando mitigar os riscos inerentes à operação.

5.3 - Descrição dos controles internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle. Buscando sempre qualidade nos processos, a Companhia em 2013/2014 contratou uma equipe de auditoria interna para aperfeiçoar esses controles. Os trabalhos continuaram até o início do exercício de 2015 e um modelo esta sendo implantado para dar continuidade com a equipe própria.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria e Conselho de Administração internamente e Auditoria Externa.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento dos controles internos é feito pelo departamento de controladoria, direcionando as melhorias as áreas envolvidas, sempre com a supervisão da diretoria.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Monitoramento relacionado a refaturamento de vendas - Recomendação que a Administração realize aprimoramentos sistêmicos, a fim de vincular cruzamento de informações através do número da nota fiscal.

Elaboração e revisão da performance gerencial - Recomendação que sejam formalizados os procedimentos de preparação e revisão da performance financeira, que os principais inputs das informações realizadas sejam conciliados com os registros contábeis.

Calculo do custo - Recomendação para descentralização do conhecimento no que tange a atividade pode comprometer o processo de fechamento a ser executado na ausência desse profissional.

Melhorias nos controles de conciliações.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada

Os Diretores da Companhia acreditam que os processos adotados são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras. Embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, as correções e melhorias já estão sendo aplicadas, buscando mitigar essas deficiências e deixar os processos mais eficazes.

5.4 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve histórico

Portobello, atual PBG S.A empresa de capital aberto, integrante do Novo Mercado Bovespa desde 2008, foi constituída em 22 de dezembro de 1977 e iniciou suas atividades produtivas em 1979.

O DNA de inovação e design acompanha a marca desde sua concepção, o início do parque fabril foi desenvolvido em parceria com a líder mundial em tecnologia de fabricação cerâmica, a empresa SACMI da Itália, bem como o portfólio de produtos, que materializa as tendências em revestimentos, fruto de pesquisas e parcerias com os principais laboratórios italianos e espanhóis.

Linha do tempo

1979	Início das atividades
1981	Início das exportações
1984	Lançamento da linha carga pesada
1987	Ampliação do parque fabril, atingindo 1 milhão de m ² /mês
1991	Produção de revestimento externo (mosaico)
1992	Primeira empresa a comercializar no Brasil o porcelanato italiano, dando início ao programa de outsourcing.
1994	Certificação de qualidade ISO.
1996	Instalação do polimento de porcelanato.
1998	Rede das franquias Portobello Shop.
2000	Utilização de gás natural.
2001	Produção de porcelanato.
2005	Exportação atinge 60% das vendas.
2008	Adesão ao Novo Mercado. Expansão do parque fabril. Cem lojas Portobello Shop.
2010	Produção do extra fino e forte incremento em outsourcing.
2011	Produção com tecnologia de impressão digital (Inkjet). Marketing digital Portobello – Equipe adota iPad como padrão e são lançados pioneira e inovadoramente aplicativos para tablets.
2012	A Portobello transforma-se na maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul. A Portobello consolida-se como a maior rede de lojas especializadas de revestimentos cerâmicos do Brasil, com 110 lojas.
2013	Portobello lança sua campanha publicitária “Até o básico é único”. Instalação da nova Fábrica de Porcelanato Grandes Formatos. Lançamento Pedra Fundamental Fabrica Nordeste.
2014	Abertura centros de distribuição
2015	Início das operações Fábrica do Nordeste
2015	Consolidação Portobello Grupo

6.3 - Breve histórico

Localização

O Parque Fabril Portobello está estrategicamente localizado em Tijucas, Santa Catarina, próximo ao seu principal mercado, à portos importantes e às principais rotas rodoviárias nacionais e internacionais.



Estrutura do Parque Fabril

O maior parque fabril concentrado das Américas conta com seis unidades produtivas, com capacidade de 28 milhões de m² em diferentes tipologias: mosaicos para fachadas, monoporosas para paredes internas, peças especiais para acabamentos, porcelanato e porcelanato esmaltado para fachadas, obras comerciais e residenciais e porcelanato extra fino para reformas com sobreposição, fachadas e obras novas.

Evolução da atividade industrial

As atividades de produção iniciaram-se em junho de 1979, quando entrou em operação o primeiro forno com capacidade de 65.000 m² por mês. Ao longo dos três anos seguintes, entraram em operação mais três fornos com capacidade de 235.000 m² por mês, concluindo em maio de 1982 a instalação da unidade fabril I, com capacidade total de 300.000 m² por mês. A Companhia numera as unidades fabris com o intuito de permitir uma avaliação distinta de cada uma, embora todas façam parte do mesmo parque fabril, situado na cidade de Tijucas – SC.

No ano de 1985 foi iniciado o processo de expansão industrial, com a montagem da Fábrica II, dividida em duas etapas: a primeira foi concluída em agosto de 1987, com três fornos com capacidade instalada de 300.000 m² por mês; a segunda foi concluída em novembro de 1988 e adicionou 400.000 m² por mês, também com três fornos, atingindo a capacidade total de 1.000.000 m² por mês.

Em 1990 foi feita a primeira intervenção que não visava apenas elevar a capacidade de produção. Por meio da substituição dos equipamentos da unidade I, a Portobello reduziu custos de produção, já que adotava uma tecnologia mais atualizada, e também investia na produção de pequenos formatos. O resultado, após a conclusão do projeto, em setembro de 1991, foi à manutenção da capacidade de produção, porém com maior um valor agregado oriundo da venda de revestimento cerâmico para fachadas de prédios em pequenos formatos (tecnologia “Dot Mounted”), cujas peças são unidas por pontos de cola em placas de 30 x 30 cm pré-alinhadas, reduzindo o custo de instalação e, com isso, aumentando seu valor agregado.

Visando a complementaridade do portfólio de produtos, em 1994 foram implantadas as fábricas de revestimento para parede interna (“monoporosa”), de peças decoradas especiais e terceira queima, atingindo

6.3 - Breve histórico

então a capacidade instalada de 1.250.000 m² por mês. Em 1995, com a instalação de uma linha de grandes formatos (50 cm x 50 cm) para pisos, ampliou-se a capacidade para 1.500.000 de m² por mês, um acréscimo de 20% em relação ao ano anterior. A otimização de produção dos diferentes formatos entre as linhas de produção de pisos elevou a capacidade para 1.650.000 m² por mês em 1996.

Ao fim de 1996 iniciou-se a instalação da unidade de polimento de porcelanato com início de produção em maio de 1997, com capacidade de 63.000 m² por mês, ampliada em 2000 para 150.000 m² por mês. Este processo consiste em dar acabamento especial ao porcelanato, ao mármore porcelânico e à cerâmica esmaltada, permitindo superfícies de alto brilho e dimensões de alta precisão para minimização da junta no assentamento. Em 2001, foi lançado o porcelanato rústico, unindo a matéria-prima porcelânica com esmaltação nas linhas de produção de pisos convencionais.

Em outubro de 2000 foi concluída a primeira linha de produção da fábrica de porcelanato e mármore porcelânico no Parque Industrial de Tijucas (SC) e foram introduzidos produtos no formato 60 cm x 120 cm. O mármore porcelânico é fruto do mais recente processo de produção que consiste na prensagem em um corpo único por meio da qual chega-se a características técnicas superiores ao mármore e ao granito natural, porém com a vantagem de determinação de características estéticas estáveis em escala industrial. Em outubro de 2002 a fábrica de mármore porcelânico foi duplicada, elevando a capacidade nominal total para 1.860.000 m² por mês.

Em 2007, foi iniciada a implantação do programa de produção enxuta nas unidades fabris da Companhia. Este programa, que tem o apoio do Lean Institute do Brasil, objetiva detalhar as atividades básicas envolvidas no negócio e identificar o que é desperdício e o que é valor a partir da ótica dos clientes e usuários. O programa de investimentos de cerca de R\$ 4.000 teve como principal objetivo a modernização das fábricas. A produção anual de 2007 foi de 18.000.000 de m² de revestimentos cerâmicos com “mix” de produtos de maior valor agregado.

Em 2008, duas linhas de produção de porcelanato esmaltado de cerca de vinte anos de operação foram substituídas por uma nova, de maior capacidade e tecnologia de ponta. O projeto de modernização e ampliação de capacidade das linhas de produção consumiu R\$ 30.000 que, além de possibilitar a redução de custo dos produtos, aumentou a capacidade fabril em 18%. A capacidade adicionada permitiu à Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C.

Em 2009 foi implantada nova linha na fábrica de revestimentos de parede e instalada uma nova prensa de grande porte em uma das linhas de produção de porcelanato esmaltado, permitindo aumentar a capacidade de produção de pisos no formato 60 cm x 60 cm, que têm maior preço no mercado do que o produto de 45 cm x 45 cm que será substituído naquela linha de produção.

No primeiro trimestre de 2010 foi implantada nova linha de produção de porcelanato esmaltado, o que permitiu desativar em 2011 uma das linhas antigas, com mais de vinte anos de operação e de menor capacidade produtiva, ampliando a capacidade total de produção em 16%, para 26.000.000 de m² por ano.

Entre 2010 e 2012 a Companhia adquiriu equipamentos para decoração, que utiliza alta tecnologia de impressão digital, modelo InkJet, que permite maior inovação e rapidez no lançamento de linhas de produtos.

Em 2013 uma nova linha de produção foi instalada, a linha de porcelanato de grandes formatos, com equipamentos totalmente automatizados de tecnologia italiana de última geração, com alta produtividade e baixo consumo energético concluída em julho. A Companhia, neste período, também iniciou investimentos em novo modelo logístico, para suprir os projetos de crescimento e com mesmo nível de qualidade nos serviços, com menor custo e investimento de capital a total cadeia. Para isso a Companhia criará em locais estratégicos, centros de distribuição, sendo que já conta com um no estado de Pernambuco. Neste período também houve investimentos em processamento e preparação de matéria prima, aumentando a capacidade de produção e a produtividade na tipologia porcelanato.

6.3 - Breve histórico

E, em novembro deste ano, foi lançada a pedra fundamental para construção da planta fabril em Alagoas. A unidade tem à disposição um milhão de m² de área para expansão e na primeira etapa das operações irá gerar 1.000 empregos (diretos e indiretos). O investimento visa atender o público do norte e nordeste brasileiro que atualmente corresponde a 25% do mercado cerâmico nacional. Com público e portfólio específicos a fábrica será o motor da nova marca - Pointer.

No primeiro trimestre de 2014 o primeiro centro de distribuição criado no estado de São Paulo iniciou suas operações, conforme mencionado anteriormente, faz parte da estratégia de crescimento da Companhia no novo modelo logístico. Atualmente neste novo modelo logístico, a Companhia já conta com Um CD no estado de Pernambuco, dois no estado de São Paulo (Rio Claro e Jundiaí), um no estado do Rio de Janeiro e um no Paraná.

Em 07 de dezembro de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da Companhia, que passa de Portobello S/A para PBG S.A, visando à simplificação da estrutura societária e otimização de processos administrativos.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não se aplica, dado que a Companhia não possui pedidos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

PBG S.A atual denominação de Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) - produz e comercializa produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra sete lojas; (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 141 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; e a (v) Companhia Brasileira de Cerâmica responsável pelas atividades na região nordeste, que em dezembro de 2015 teve as atividades absorvidas pela controladora .

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Produtos e serviços comercializados

Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais e Revestimentos para Paredes materializam o design e a inovação da marca Portobello.



b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A receita líquida e o lucro ou prejuízo da Companhia é 100% proveniente das vendas dos produtos de revestimentos cerâmicos e entende que este é o seu único segmento, que está dividido apenas em mercado interno e mercado externo.

A tabela abaixo mostra a receita operacional líquida e o lucro (prejuízo) líquido, consolidados:

Informações Operacionais e Financeiras Consolidadas	Exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de:		
	2015	2014	2013
Receita bruta de vendas	1.345.015	1.200.814	1.053.849
Deduções da receita bruta	(284.620)	(251.667)	(219.817)
Receita líquida de vendas	1.060.395	949.147	834.032
Mercado interno	912.806	845.782	756.677
Mercado externo	147.589	103.365	77.355
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	52.652	93.464	90.496

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Características do processo de produção

Como em todos os outros setores da Companhia, a Portobello preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados. O processo de produção é contínuo e consiste das seguintes fases:

(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- **Preparação de massa:** No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar parte dos resíduos sólidos gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que hoje seus produtos tenham mais de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados. Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização ("spray dryer") para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. Este pó é estocado em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores.
- **Prensagem:** Permite a transformação do pó atomizado em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 6.500 toneladas e equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de engobe, aplicação de esmalte e decoração serigráfica.
- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tais como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima de cerca de 1.200°C. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível), a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção.

- **Polimento e retífica:** Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos. Para que a torta de polimento, resíduo gerado nesta etapa do processo produtivo, pudesse ser reaproveitada, a Companhia teve que não só desenvolver novas técnicas produtivas, como também superar a ausência de legislação específica sobre tais práticas: no caso "torta de polimento" como agregado para a fabricação de cerâmicas, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA) onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre então a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). Os cacos cerâmicos queimados que não são aprovadas nesta etapa são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica ou utilizados no programa social Pedacinhos de Arte, apoiado pela Companhia.

- **Embalagem:** Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Foi feita a opção pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, a Companhia decidiu-se pelo uso de madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV), reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa.

- **Telagem:** As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola (silicone) nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.

- **Inspeção do produto acabado:** O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha um controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- **Peças especiais:** Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.

- **3ª queima:** Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inkjet

Em 2011 a Portobello implantou o sistema de impressão digital – denominado Inkjet – uma nova forma de decoração de produtos que permite maior fidelidade e resolução nos desenhos, além de impressão de relevos. Em 2012 foi instalada a segunda Inkjet na empresa.



Outsourcing

O outsourcing também está no DNA da empresa que, em 1992, iniciou pioneiramente a comercialização de porcelanato italiano no Brasil.

Atualmente o programa de outsourcing tem parcerias no Brasil, na China e na Europa, sempre visando a complementariedade do portfólio, seja na direção da acessibilidade, seja na direção da inovação. 24% do volume comercializado pela companhia em 2014 teve origem no outsourcing.

Diferenciais do Portfólio

O Portfólio Portobello é a materialização da estratégia de Inovação e Design da marca. Os Lançamentos anuais são extremamente importantes na renovação e manutenção das tendências no segmento. A inovação em formatos, tecnologia de impressão, espessuras e acabamentos dão suporte à criação constante de novidades para o mercado.

Qualidade, Design e Inovação

Tecnologia no estado de arte: extra fino, impressão digital em grandes formatos, porcelanato esmaltado polido. Foco em pesquisa e desenvolvimento no processo criativo.

Liderança em tendência: Linha Reserva, Studio Craft, Reprodução de Mármore.

Liderança em grandes formatos. 60x180 em porcelanato esmaltado e 100x300 em Extra Fino Lâmina.

Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais e Revestimentos para Paredes, que materializam o design e a inovação da marca Portobello.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mais de 1.200 itens que reproduzem os materiais essenciais da arquitetura, com características técnicas superiores para uso como revestimento.



Primeira empresa brasileira a produzir o Porcelanato Extra Fino, com 5mm de espessura. Inovação em tecnologia e compromisso com a sustentabilidade.



Liderança em tecnologia de impressão digital com a impressora InkJet.



Investimento constante em lançamentos. O portfólio tem, em média, 30% de itens novos a cada ano, com 15% do volume faturado, que representa o indicador de inovação da marca.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

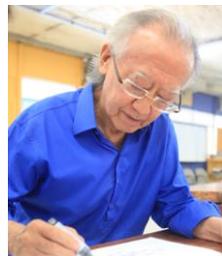
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estrutura própria de design e interação com profissionais da arquitetura e design são a base para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.



Linha Casa Vogue



Arq. Rui Ohtake



Pesquisa e Desenvolvimento de Produto

b) Características do processo de distribuição:

O modelo multicanal adotado pela companhia (vendas por intermédio dos canais Portobello Shop, Revenda, Construtoras e Exportação) permite que a marca ofereça soluções sólidas e personalizadas, melhor penetração no mercado e uma experiência diferenciada para os clientes dos canais e consumidores finais.

Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias e lojas próprias sob as bandeiras Portobello Shop, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Atualmente na rede possuímos 139 lojas franqueadas e 6 lojas próprias instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um grande sucesso e diferencial da marca.

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“*home centers*”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharia – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Exportação – A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em 62 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações são América do Sul e Overseas. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, que continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia. A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

c) Características dos mercados de atuação:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Participação em cada um dos mercados

Os produtos da Companhia são comercializados nas principais cidades de todo o país, com maior concentração nas regiões sudeste e sul. Quanto à finalidade, a distribuição esta representada em obras novas residenciais, e também na aplicação em reformas residenciais, e em novas construções comerciais.

(ii) Condições de competição nos mercados

Lançamentos 2016

Os materiais essenciais da arquitetura se mantêm como uma referência forte na Coleção Portobello 2016. A Portobello, líder em revestimentos na América Latina participa da Expo Revestir 2016 lançando a coleção Arquitetura em Movimento – In & Out. A inspiração vem da Arquitetura e todo seu movimento, que reflete as tendências e inovações do nosso tempo.

Volumes, superfícies rústicas, cores naturais e novas formas, foram criadas a partir de uma expedição geológica que pesquisou as pedras naturais. A cidade e sua arquitetura inspirou os concretos. Os clássicos mármore, novas madeiras, tijolinhos e até o cotto complementam os materiais da coleção. Arquitetura em Movimento – In & Out veste a casa com muito movimento, textura, volume e tramas. É o design olhando para a arquitetura e para a vida. Alguns dos destaques:

Gibraltar – superfícies intensas e relevos expressivos são características marcantes dessa linha, inspirada num grande rochedo que fica na esquina do Mar Mediterrâneo com o Oceano Atlântico, de mesmo nome. Tons naturais, grande formato 90x90 e um corte Chevron permitem o uso em áreas internas e externas, agregando uma atmosfera mais rústica;

Sampa – explora a sutileza das texturas do concreto, em tonalidades inspiradas em marcos arquitetônicos da capital paulista. O novo formato 5x40 multiplica as possibilidades da linha, que apresenta inúmeras paginações, como tijolinhos, paralelas ou espinha de peixe;

Gotham – o antigo apelido de Nova Iorque representa a inspiração de mood urbano, que mostra o viés das fusões e misturas, com o mix de agregados de rochas com cimento pigmentado, distribuídos de maneira aleatória, dando origem a essa superfície única;

Portland Stone e Karst – duas possibilidades de limestones. O primeiro, inspirado em uma pedra bem particular encontrada no Canal da Mancha, aparece em tons frios e acinzentados, que aparecem em grandes obras arquitetônicas ao redor do mundo. Isso inspirou a empresa a redesenhar a ora pedra, ora concreto. Já o segundo, inspirado no Bohemian Karst, encontrado na Europa Central, é uma pedra sofisticada e atemporal, que vem com uma cartela neutra de cores e duas versões: um relevo específico para uso externo e uma opção plana, para uso interno;

Marmi Classico – os clássicos mármore também ganham complementos. A linha Marmi Classico, responde ao desafio de eternizar em porcelanato os mais raros mármore naturais. O branco, combinado com grafite e sutis toques de ouro, batizado de Golden Calacata, é sofisticado, mas sem ostentação, que transforma projetos e ambientes em espaços mais elegantes. O mármore negro, Nero Marquina, de origem espanhola, é a verdadeira inovação. O contraste entre a superfície escura e os veios alvíssimos, revelam sua origem nobre. Para completar, o Avorio di Brescia, do norte da Itália, é um botticino claro, perfeito para a casa toda.;

Gepetto – a alusão ao personagem das histórias infantis não é à toa. Seu talento com o ofício da marcenaria artesanal inspirou a seleção de mosaicos em madeira natural, que traz aconchego aos ambientes, com texturas e relevos. Sua aplicação autoadesiva e desempenho acústico fazem dessa linha prática, além de muito bonita;

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ecodiversa e Ecollection – duas linhas de madeira já existentes no portfólio da Portobello, que ganham novas interpretações. A primeira ganha uma madeira clara, de veios suaves, muito conhecida por suas flores, a Magnólia. Com a aplicação da técnica “satinée”, de origem francesa, que consiste em pintar, aplicar gesso e lixar repetidas vezes, seu resultado é suave e elegante, seja nas tábuas, parquets ou chevrons. Já a segunda, apresenta três novas madeiras: Ebano, oriundo da África, com tábuas longilíneas, além de parquet e Chevron, sempre escuras como chocolate, com nuances mel e petróleo; Jequitibá, típico do Brasil, com aplicação da técnica francesa decapé, que revela as marcas do tempo nas superfícies; e a Taiga, da floresta Boreal, que apresenta madeiras muito claras com largos veios, que aparece também na versão 30x180cm;

Dolce Vita – resgata um revestimento feito artesanalmente há séculos na Itália e nos remete à uma visita à Toscana ou Emília Romagna, onde o piso “il coto” é comum. As tonalidades variam conforme a origem da argila, e vão dos suaves beges aos intensos alaranjados. A reprodução em porcelanato, com borda irregular e formato 25x25cm traz a proposta de aliar o espírito italiano ao olhar contemporâneo;

Elemento – o cobogó, febre em 2015, continua em alta e ganha nova versão, agora mais minimalista e urbano. Seu desenho geométrico simples é complementado com os tons cinza e branco, ressaltando as formas puras e belas, na medida exata.

Revestir 2016

Realizada de 01 a 03 de Março em São Paulo, a Expo Revestir atrai o público especificador e comprador do setor e marca o principal momento de lançamento de revestimentos no Brasil. A edição de 2016 recebeu a ordem de 61 mil pessoas onde a Portobello apresentou seus Lançamentos em um stand de 632 m², reforçando o conceito da otimização de recursos a empresa e desenvolveu um retrofit do projeto apresentado ano passado. A ideia de racionalizar é cada vez mais presente. A capacidade de inovação a partir da racionalização dos recursos, numa feira como a Revestir, é fundamental.

Além do espaço na Expo Revestir a empresa organizou eventos paralelos para atender aos diferentes públicos como clientes internacionais de mais de 60 países diferentes, mais de 100 franqueados, cerca de 1400 arquitetos e designer de interiores, clientes do mercado de grandes obras, clientes e equipe de vendedores de lojas do varejo e equipe comercial Portobello. Os eventos paralelos aconteceram na Cinemateca Brasileira, um espaço cultural em São Paulo com exposição diferenciada, apresentação e capacitação sobre os conceitos lançados e atendimento personalizado.

Programa Criar e livro Arquitetura Brasileira

Em 2016 foi lançada a quinta edição do livro “Arquitetura Brasileira”, publicação que reúne projetos arquitetônicos de destaque de 22 renomados profissionais de diversas regiões do País. Com ele, a Companhia pretende exaltar a criatividade de cada um dos participantes, assim como suas especialidades.

Além do livro, o Programa Criar contempla as Visitas à Fábrica, um Programa especial para conhecer a fábrica Portobello, incluindo uma oficina com a equipe de Design de Produtos para sugestões e troca de informações para lançamentos e melhorias do portfólio.

Marketing Digital

A Portobello é uma empresa que tem como posicionamento a inovação e o design, e é reconhecida no seu segmento como a empresa que lidera o mercado nessas áreas. Entendemos que o marketing digital não é apenas uma estratégia complementar, mas um caminho importante para fortalecer a marca.

Desde 2010 a Portobello vem investindo neste sentido, criando ações voltadas para a divulgação dos seus produtos e serviços, entretenimento e capacitação para sua equipe, fornecedores, especificadores e clientes.

O marketing digital impulsionou a empresa a desenvolver uma nova experiência de marca por meio de um conjunto de ações digitais, migrando para novos meios e mensagens.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2012 a empresa adotou o iPad como plataforma de trabalho para toda a equipe comercial. Criamos diversos aplicativos para Tablet e Smartphones. Em 2014 tivemos o lançamento de novos aplicativos: O iPortobello Plus, (catálogos interativos e muito sofisticados em uma banca gratuita disponível para iPads e Andróides), o livro Arquitetura Brasileira (com belíssimas obras do canal engenharia já consolidado na mídia impressa, agora com imagens de alta definição e interatividade) e o Atelier Portobello (aplicativo que permite a criação de infinitas combinações com coleções de produtos Portobello quem compõem a proposta inovadora Atelier Portobello).

Hoje a empresa conta com 5 sites, 2 blogs, presença nas principais redes sociais, 3 aplicativos para tablets entre outras iniciativas digitais.

Valores da Empresa

Design: É um processo aplicado na criação de todos os ambientes construídos, produtos e instrumentos para garantir os atributos da marca em todas as suas manifestações.

Inovação: É uma maneira de atuar que visa a busca constante por soluções diferenciadas, que gerem valor e que surpreendam os *stakeholders*.

Acessibilidade: É uma característica da marca, resultante da flexibilização e ampliação do foco da marca em direção à base do target, sem perder o topo - que traduz sua personalidade: mais amigável, mais despojada, mais aconchegante e informal. Mais acessível.

Contemporaneidade: Um conceito que qualifica as manifestações da marca e define a expressão do design Portobello.

Racionalidade: Uma forma de pensar e agir que visa oferecer a melhor relação custo-benefício.

Sustentabilidade: É um compromisso permanente da empresa com o futuro nas áreas ambientais, sociais e econômicas por meio da adoção de práticas que garantam a longevidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio.

Nossos Compromissos

Crescer e inovar, democratizando o design.

Nossas Crenças

O ambiente em que vivemos é a essência do nosso negócio. Somos apaixonados por design. Acreditamos que ele pode transformar ambientes e emocionar pessoas. Nosso compromisso é inovar sempre. Criar e distribuir produtos e serviços adequados ao nosso tempo e que viabilizem o acesso ao design para um número de pessoas cada vez maior. Devemos preservar e valorizar as relações humanas. Acreditamos que o lucro é o melhor indicador do nosso desempenho, a gestão é a evolução de nossos processos e que a tecnologia deve se desenvolver com simplicidade, disciplina, agilidade, qualidade e em harmonia com o meio ambiente.

Sustentabilidade

Como um dos importantes valores de sua marca, a Sustentabilidade é para a Companhia um compromisso permanente com o futuro nas áreas ambiental, social e econômica através da adoção de práticas que garantam a perenidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio.

Na área ambiental a empresa tem um Sistema de Gestão que permite o alinhamento da produção e administração com os requisitos legais, a prevenção da poluição e a melhoria contínua. O Gás Natural utilizado

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 100% da produção, a reciclagem, reutilização ou reforma de todos os resíduos sólidos e o circuito fechado de água utilizada no processo produtivo são exemplos dessa prática.

Marca (Prêmios e Pesquisas)

Mar/2016 - Best In Show Fachadas e Stand Pointer

Mar/2016 - Best In Show Peças Especiais Portobello

Dez/2015 - Top Of Mind Revista Casa e Mercado

Nov/2015 - ABF +RDI Design 2015

Out/2015 - Prêmio Sul for Export – Revista Amanhã

Jul/2015 - Top Of Mind Diário Catarinense

Abril/2015 - Selo de Excelência em Franchising (SEF) - 10º ano consecutivo, da Associação Brasileira de Franchising (ABF) na categoria Master

Mar/2015 - Prêmio Best in Show – Ed. Expo Revestir

Jan/2015 - Prêmio If Design Award 2015

Dez//2014 - Top of Mind – Revista Casa e Mercado

Dez/2014 - Prêmio Pini – Revista

Ago/2014 - Prêmio Ser Humano Oswaldo Checchia – ABRH Nacional

d) Eventual sazonalidade:

O mercado de atuação da Companhia apresenta uma moderada sazonalidade, constatado historicamente que no 2º semestre, apresenta uma melhora na demanda por produtos cerâmicos.

e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados de acordo com as normas da ISO, e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor.

A integração dos fornecedores à cultura de sustentabilidade da Companhia inclui o compartilhamento de um Código de Ética que estabelece de maneira formal a ciência e concordância com os valores, princípios e requisitos da Companhia. Para monitorar seu cumprimento, a Companhia promove Auditorias de Conformidade Ambiental junto aos seus fornecedores de matéria-prima para verificar o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecedência caso prevejam atrasos. Por conta dos problemas climáticos, solicitamos aos fornecedores de massa que tenham um estoque de segurança de aproximadamente de 6 (seis) meses.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A única dependência ou vulnerabilidade em relação aos fornecedores da Companhia é com o fornecedor SC Gás, pois depende do abastecimento para que a produção aconteça normalmente, pois utiliza o recurso do gás natural como combustível. Em geral, atua com uma vasta lista de fornecedores, que são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquiridos pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades têm representado, em média ano, 20% do custo total de compras. São fornecedores exclusivos, que estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 24% do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços baseia-se geralmente na avaliação do índice IGPM/INPC ou reações do mercado (ex: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novos fornecedores visando sempre o melhor custo/qualidade.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

São necessárias as licenças usuais de meio ambiente para a operação das unidades fabris (LAO) e para extração de matérias primas (argilas, feldspatos e outros) nas jazidas.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental que é implantado e monitorado por equipes, programas e atividades dedicados ao meio ambiente. Além da uniformização e excelência nos procedimentos – pré-requisitos que também levaram a Companhia a adotar normas internacionais de qualidade e gestão ambiental, como ISO 9001, versão 2008 – a Gestão Ambiental Portobello lidera pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

O foco desse trabalho é diverso e múltiplo, uma vez que se propõe a monitorar e mitigar as externalidades mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Por isso, a Companhia tem programas – e resultados – desde a extração da matéria prima até as características do produto que chega à casa do consumidor. Tais iniciativas baseiam-se em orçamentos próprios e contínuos, já que a jornada para formas mais sustentáveis de desenvolvimento e produção é uma empreitada de longo prazo.

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello

1977 – Início da construção da Cerâmica Portobello, no município de Tijucas (SC). Unidade fabril já nascia com sistemas de tratamento de efluentes

1979 – Início da produção da Cerâmica Portobello

1982 – Substituição do combustível GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) por Gás Pobre, oriundo de carvão vegetal

1993 – Aperfeiçoamento da Estação de Tratamento de Água

1994 – Conquista da ISO 9002

2002 – Conquista da ISO 9001/2000.

2003 – Implantação de gás natural em todo parque fabril.

2006 – Lançamento da linha Ecowood, reprodução de madeira de demolição a partir de exclusiva tecnologia de Dupla Prensagem.

2009 – Lançamento do porcelanato que reproduz a textura de vários tipos de madeira, nos formatos 10x120, 15x120 e 20x120cm. Exclusividade no Brasil.

2010 – Lançado o primeiro porcelanato de 4,7mm produzido no Brasil, o Extra Fino. Reestruturação da gestão corporativa de meio ambiente.

2011 – Lançamento dos produtos com impressão digital em alta resolução, implantação da primeira máquina com sistema de impressão a jato de tinta.

2012 - A Portobello foi vencedora do premio Expressão Ecologia da Editora Expressão Ecologia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

2013 - Finalização da remoção dos passivos da área “AR01” do termo de ajuste de conduta e reestruturação de fornecedores para consumo da “Torta de Polimento” como matéria prima no processo produtivo de cerâmica vermelha;

2015 – Encerramento do termo de ajuste de conduta, assinado com o Ministério Público e FATMA.

(i) Indicadores Ambientais

Matriz Energética

A energia é um dos principais recursos necessários para a fabricação de revestimentos cerâmicos, pois a transformação das argilas em cerâmicas demanda o uso de uma grande quantidade de energia elétrica e de combustíveis para a cura em fornos. Além de constituir uma oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação ao investir nesta frente. E a abordagem da Portobello foi de alinhar-se aos que já enfrentam o grande desafio deste século, que é a mitigação das emissões daqueles gases que têm sido objeto de gradual consenso, entre cientistas e formadores de opinião, como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que se produza mais com menos. Para tanto, a Portobello:

- Adotou o gás natural como principal fonte de energia em suas linhas de produção, obtendo como principais vantagens:
 - Baixo impacto ambiental: sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
 - Facilidade de transporte e manuseio: contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
 - Segurança: por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de mistura explosiva.
 - Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:
 - Reaproveitando calor entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, poupando energia. Em 2015 mais dois fornos com receberam essa tecnologia de aproveitamento de calor.
 - Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adequa a quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível).
 - Implementou um Programa Conservação de Energia, visando à redução/otimização do consumo de energia elétrica.
- Com estas iniciativas, além de uma matriz mais limpa, a Companhia elevou a segurança de sua operação e registrou economia e otimização do uso de energia, seja ela de fontes renováveis ou não:
- Redução de mais de 14% do consumo equivalente do gás natural.
 - Redução de 20% do consumo equivalente de energia elétrica.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Os Resíduos

A gestão de resíduos da Portobello envolve dar destinação correta a uma média mensal de 12.200 toneladas de materiais provenientes de processo, lodos de tratamento de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Companhia propôs-se uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo. Para tanto, a empresa investiu em um programa que combinava tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da Organização de forma que os resíduos fossem vistos como matéria-prima para o processo industrial.

✓ Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregar de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a Coleta Seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.

✓ Estabelecimento de uma nova sistemática de separação e coleta nas fontes geradora de resíduos recicláveis. Os resíduos são encaminhados diretamente para destinação final (reciclagem).

✓ Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.

✓ Os pallets são consertados, recuperados e reutilizados pela Companhia os que provêm de fornecedores são separados para devolução; e as peças que já não podem mais ser recuperadas são vendidas para transformação do mesmo em cavaco.

✓ Papel, plástico e metais são comercializados com empresas recicladoras devidamente licenciadas, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.

✓ Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial, ETE Polimento), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.

✓ Ainda uma pequena quantia do lodo da estação de tratamento de efluentes do polimento (ETE Polimento) são consumidos como matéria prima interna e por empresas cimenteiras e cerâmicas vermelhas devidamente licenciadas dentro de processo conhecido como co-processamento.

✓ Todo o material particulado contido no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.

✓ O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.

✓ Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

✓ Atuação junto aos fornecedores de serviço de acabamento de peças para o retorno dos cacos cerâmicos para a Organização, visando à moagem e reincorporação ao processo produtivo.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

✓ Dentre os resultados obtidos com a adoção de tais práticas, visando a não geração de resíduos sólidos, pode-se citar:

✓ 99,5% dos resíduos reaproveitados: das 12 mil toneladas de resíduos gerados em média por mês, mais de 91% são reutilizados internamente e cerca de 8,5% externamente pela reciclagem e apenas 0,5% encaminhado para aterro(sólidos contaminados com óleo, graxa, tinta ou produtos químicos, resíduos ambulatoriais e outros resíduos), por não serem passíveis de reuso/reutilização. Em 2014 o índice era 5,14 kg/m², já em 2015 reduzimos e chegamos ao patamar de 4,63 kg/m².

✓ Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham mais de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).

✓ E por fim, a conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos Colaboradores, que assim disseminarão estes conceitos e práticas para a Sociedade.

- A Água

A água é estratégica para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela Companhia este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se uma meta zero para desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade da mesma. Para tanto, a companhia implementou as seguintes ações:

- Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.

- No caso do sistema industrial, chegou-se a um circuito fechado que contempla duas estações de tratamentos de efluentes e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.

- A água que passa pelo chamado “uso doméstico” é tratada em um sistema que possui 14 estações de tratamento.

- Instalação tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

Os resultados alcançados são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.

- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico após o devido tratamento.

- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução de mais de 500% da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos, através da técnica de balanço de massa.

- A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por ser uma atividade de transformação primária, demanda de recursos naturais em estado bruto como as argilas, caulins e feldspatos. Tais minerais, em parte explorados

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

pela própria Companhia nos Estados de Santa Catarina e Paraná, demandam uma atenção especial, pois mesmo que haja a adoção das melhores práticas disponíveis, causam impactos ao meio ambiente.

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, sendo 39% de concessão direta da Companhia e 61% de empresas fornecedoras. A contratação de jazidas exploradas por terceiros passa por critérios legais rígidos. Apenas empresas formais e habilitadas legalmente são contratadas, o que inclui apenas empresas com boas práticas de segurança e funcionários contratados regularmente. É exigido o cumprimento de todos os requisitos legais ambientais, e de todas as normas dos órgãos ambientais competentes. Esses critérios são firmados contratualmente e verificados por auditorias de conformidade ambiental realizadas por representantes da Companhia.

Após extração da argila, a Companhia recupera as áreas mineradas com o objetivo de devolvê-las à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Tradicionalmente a recuperação da flora em áreas de extração baseia-se na monocultura, principalmente de espécies coníferas. Além do prazo longo, de cinco anos, esse processo tem o agravante de não restituir a diversidade original. Por meio de pesquisas acompanhadas por instituições diversas, a Companhia chegou a um método de referência para a recomposição da flora, baseado no plantio de espécies originárias da região explorada – técnica que acelerou em cerca de dois anos o processo de regeneração da cobertura vegetal das áreas mineradas – concomitantemente ao processo de exploração. A recuperação da cobertura vegetal foi acompanhada por uma elevação da biodiversidade vegetal, em comparação com o método usado anteriormente.

A Companhia mantém áreas de preservação permanente própria equivalente às áreas diretamente exploradas. Atualmente as áreas de preservação permanente somam cerca de 330.836 m².

- A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominados embalagem bandeja e embalagem fita.

- Os pallets são de madeira certificada e são recuperados, evitando perdas. A Companhia não possui um programa de logística reversa, no entanto, algumas empresas transportadoras parceiras, recolhem os pallets de entregas e retornam à Companhia.

- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).

- As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

- A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia por equipe dedicada que conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria e monitoramento segundo um Sistema de Gestão Ambiental que também integra pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

- Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Os Produtos

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

1 – Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + ½ pre-consumer)* – 1 point.

2 – Pela substituição de matérias primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumido e na performance do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.

3 – Pela redução de materiais na produção e também na aplicação dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia que resultou na linha Extra Fino, de apenas 4,7 mm de espessura - a qual favorece a aplicação de piso sobre piso, eliminando o entulho gerado pela retirada do piso antigo para aplicação do novo.

- Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos mais de 600 mil exclusivamente para meio ambiente no ano de 2014.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora das seguintes marcas: “Portobello”, “Portobello Shop”, “Empório Portobello” e “Pointer”. Todas se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia vem investindo mais no marketing digital, com página na internet permanentemente com inovações. A Companhia também conta com um Blog, que está no ar a mais de três anos e tem um número de acessos significativo. Hoje os domínios da Companhia na internet mais relevantes são: "portobello.com.br", "portobello.com.br/blog" "portobelloshop.com.br" e "portobelloamerica.com"..

A Companhia e suas subsidiárias no desenvolvimento de suas atividades dependem de softwares e suas respectivas licenças para uso. Destacam-se os seguintes: Oracle ERP, Oracle Database, Microvix, Gesplan, Mastersaf, Onesource, Drummer, NDD, eComex, FEN, ADP, Channel, OutBuy Center, WK, Oracle Developer 10g, Microsoft Visio Professional, Microsoft Project Standard, Microsoft Windows, Microsoft Office, Microsoft Visual Studio, Microsoft Visual Basic. Net, Microsoft SQL Server, Macromedia Dreamweaver, Macromedia Studio MX, AutoCAD, Label Matrix, Adobe Photoshop, Corel Draw, Vector Works, Linux Red Hat Enterprise, Rockwell Software Arena, PL/SQL Developer, Borland Delphi, Service Desk Soft4TI, VMWare, Kaspersky, Qlikview, Solaris SPARC, HP Data Protector, MonitoraIT, MS Skype for Business. Está sob os cuidados do departamento de informática a manutenção e guarda das licenças, bem como a aquisição de novos softwares e equipamentos. Aos colaboradores é vetada a cópia e/ou a distribuição de programas não autorizados, licenciados e homologados pelo respectivo departamento.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R\$ 912.806 em 2015. Sua participação na receita líquida total é igual a 86,08%.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao mercado externo é de R\$ 147.589 em 2015. Sua participação na receita líquida total é igual a 13,92%.

Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015		
Países estrangeiros	Receita líquida	% da receita líquida total
Argentina	34.532	3,26%
Paraguai	19.008	1,79%
Chile	13.188	1,24%
Austrália	9.601	0,91%
Outros países	71.259	6,72%
	<u>147.589</u>	<u>13,92%</u>
Receita Líquida Total		
Mercado Externo	147.589	13,92%
Mercado Interno	912.806	86,08%
	<u>1.060.395</u>	<u>100,00%</u>

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros é de R\$ 147.589 em 2015. Sua participação na receita líquida total é igual a 13,92%.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, dado que a estratégia aplicada pela Administração é fazer com que as exportações fiquem limitadas a mercados mais rentáveis e com a demanda por produtos de maior valor agregado.

7.8 - Políticas socioambientais

O Relatório de Sustentabilidade de 2015/2016 foi desenvolvido e já esta em fase de revisão. As informações foram levantadas internamente e também foi contratada uma consultoria externa para ajudar na coleta de dados e na estruturação do arquivo, a metodologia adotada é a do GRI. A previsão de divulgação do material é início do segundo semestre de 2016.

O último relatório publicado pela companhia foi 2013 e o arquivo está disponível aos acionistas no site de Relações com Investidores da Companhia: <http://www.portobello.com.br/ri/>. Os anos posteriores não foram publicados.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios extraordinários

Não se aplica, dado que não houve aquisição, alienação de ativo relevante.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não se aplica, dado que não houve alteração na condução de negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica, dado que não houve contrato relevante que não fosse relacionado com atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Relação dos domínios utilizados pela Companhia, com abrangência a território internacional:

Descrição do ativo - Domínios	Duração
portobellogrupo.com.br	10/12/2016
portoshop.com.br	28/01/2018
emporioportobello.com.br	02/02/2018
casamada.com.br	05/03/2018
portobello.com.br	29/05/2018
portobelloshop.com.br	28/09/2018
portobelloresponde.com.br	22/02/2020
fitmosaicportobello.com.br	27/02/2020
pointerrevestimento.com.br	18/06/2020
ceramicpointer.com.br	20/06/2020
pointerrev.com.br	20/06/2020
revestimentopointer.com.br	20/06/2020
missaoestelarportobello.com.br	28/06/2020
universidadedaceramica.com.br	16/10/2020
casasportobello.com.br	27/02/2021
pointer.com.br	13/04/2021
brtiles.com.br	30/01/2025

Não há no momento nenhum evento que possa resultar na perda dos domínios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 157.730 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Parque fabril c/ 1.000.000 m² de terrenos e 48.859 m² de área construída	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Maquinas e equipamentos	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTOBELLO	08/09/2022	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO INTERNACIONAL	05/03/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER	06/03/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	CARGA PESADA	21/02/2019	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO SHOP	06/02/2018	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO SHOP MISTA	26/06/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	EMPORIO PORTOBELLO	20/07/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetar o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BELPOINT	13/09/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER INTERNACIONAL	09/09/2024	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Brasileira de Cerâmica S.A.	20.465.785/0001-85	-	Controlada	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Fabricação e comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados	98,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	-15835,430000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-10.862.082,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Mineração Portobello	83.713.495/0001-23	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,760000
				Valor mercado				
31/12/2015	-5,820000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-301.909,85		
31/12/2014	66,210000	0,000000	0,00					
31/12/2013	6,980000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
PBTECH Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda	05.876.012/0001-06	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos	99,940000
				Valor mercado				
31/12/2015	37,490000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-2.548.857,70		
31/12/2014	39,490000	0,000000	0,00					
31/12/2013	-36,720000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello América, Inc - USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	-47,200000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-79.675.954,80		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2014	-13,600000	0,000000	0,00					
31/12/2013	-14,830000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos e prestação de serviços relacionados	99,900000
							Valor mercado	
31/12/2015	0,000000	0,000000	20.633.458,37		Valor contábil 31/12/2015	479.520,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	15.148.658,44					
31/12/2013	0,000000	0,000000	12.284.451,08					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia encerra 2015 com crescimento e celebrando o ano que foi definido pela resiliência e agilidade. Frente ao cenário de forte deterioração da situação econômica brasileira, a Administração atuou na gestão rigorosa de custos e despesas, revisão de seus investimentos, busca de otimização da distribuição multicanal e no mix de produtos. A receita líquida consolidada superou o patamar de um bilhão em 2015, 12% acima dos R\$ 949 milhões de 2014, com crescimento de volume de 15%. O crescimento foi resultado dos projetos de ampliação das lojas próprias, implantação dos centros de distribuição (receita de serviços) e vendas da marca Pointer, combinado às exportações e à manutenção da estratégia comercial diferenciada, com campanhas de vendas específicas. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 167 milhões, apresentou queda de 5% sobre 2014 e margem de 16%, afetada principalmente pela maturação dos novos negócios (marca Pointer, lojas próprias e centros de distribuição). As despesas com vendas correspondem a 20% da receita líquida e representam os novos patamares normais esperados para as despesas comerciais, e as administrativas mantém-se representando 3%. Em termos de endividamento, ainda sentiu-se o reflexo dos investimentos da fábrica Nordeste, e para preservar a liquidez financeira, a Companhia emitiu R\$ 200 milhões de debêntures ao final de 2015.

O ano de 2014 foi de retração para o setor de materiais de construção. Mesmo neste contexto, a Portobello vem mantendo desempenho superior, com crescimento de receita líquida de 14% com relação ao mesmo período de 2013 e sustentação das margens no mesmo patamar do ano anterior. A Companhia obteve um EBITDA de R\$ 176 milhões com margem de 19%. Este resultado se deve não só ao posicionamento e as estratégias adotadas nos últimos anos, mas também às ações de adequação tomadas pela Administração à medida que o contexto de mercado foi se deteriorando. Foram tomadas ações comerciais e de racionalizações internas, tanto de custos e de despesas operacionais como de análise criteriosa de seu plano de investimentos. A empresa experimentou ganhos de volume de produção na ordem de 17,2% oriundos de investimentos em 8,2% e de ganhos de produtividade em 8,7% em 2014. Vale mencionar que o endividamento líquido da Companhia de R\$ 351 milhões, equivale a 1,99x o EBITDA dos últimos 12 meses. Esse acréscimo de R\$ 93 milhões em relação a 2013 ocorreu, sobretudo, em função dos investimentos na fábrica do Nordeste.

Em 2013 as condições financeiras e patrimoniais da Companhia continuaram apresentando melhoria expressiva. Nos últimos períodos esta melhoria foi acentuada pelo crescimento da geração de caixa. A liquidez corrente da Companhia está na faixa de 1,23 (1,11 em 2012) que mostra uma folga para os pagamentos do curto prazo. A produção teve um crescimento considerável em função dos investimentos em capacidade instalada, comparada com 2012 e foi concentrada em produtos de maior valor agregado. Já o aumento de 55% no endividamento está relacionado aos investimentos em expansão continuarão sustentando este crescimento. Ao longo dos últimos anos a Portobello vêm passando por um período de transformação e em 2013 deu um passo importante, atingindo um novo patamar operacional, alcançando uma receita bruta superior a 1 bilhão de reais e crescimento consistente em média de 20% onde o mercado interno representou cerca de 90%, com tendência de manter-se neste patamar de importância para a Companhia. O programa de racionalização fabril que vem sendo implementado nos últimos anos tem apresentando bons resultados, com ganhos de produtividade, otimização dos custos e aumento de margens.

O lucro líquido de cerca de R\$ 90 milhões em 2013 (R\$ 66 milhões em 2012) é resultado das ações com foco no ganho de eficiência operacional, dentre elas citam-se as medidas para aumento da qualidade, o aperfeiçoamento contínuo dos processos industriais e o estímulo do programa interno de meritocracia a gestores e líderes. Destaca-se também o ganho gerado pelo início da fábrica de porcelanato esmaltado de grandes formatos. A redução dos custos pôde assim absorver parte do aumento do custo das fontes energéticas sofrido neste exercício.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 158.488.517 ações ordinárias escriturais atualmente.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra “c” a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e de parcelamento de tributos, subtraído do montante de caixa e equivalentes, e dos créditos com a Refinadora Catarinense (vide letra “f” a seguir).

Em 2013 o capital era constituído de 159.008.924 ações ordinárias, porém em agosto de 2014 foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento das 520.407 ações tidas em tesouraria, derivadas de garantia de financiamento de venda de ações aos empregados, onde a quantidade total de ações da Companhia passa de 159.008.924 para 158.488.517.

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, corresponde no consolidado a 69% em 2015, 60% em 2014, e 57% em 2013.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, “o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação”. A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos acionistas e à Companhia. Entretanto não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA atingido de cerca de R\$ 166.748 em 2015 frente aos compromissos financeiros contratados (R\$ 175.971 em 2014 e R\$ 156.035 em 2013). A relação Dívida Líquida / EBITDA é de 3,01 vezes (1,99 em 2014 e 1,65 em 2013), indicando que o caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses e linhas de financiamento de longo prazo, significativamente para investimentos em expansão, que financiaram a construção da unidade fabril em Alagoas.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, que em 2015 corresponde a 69% com aumento de 9 p.p. em relação a 2014:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e financiamentos	696.618	446.367	292.168	697.728	447.368	293.134
Parcelamento de obrigações tributárias	81.937	84.187	115.756	82.495	84.760	116.696
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(81.761)	(87.803)	(55.389)	(87.664)	(92.383)	(57.677)
Créditos com outras pessoas ligadas	(84.601)	(88.893)	(94.540)	(84.601)	(88.893)	(94.540)
Aplicações Financeiras	(100.478)	-	-	(100.478)	-	-
Dívida Líquida	511.715	353.858	257.995	507.480	350.852	257.613
Total do patrimônio líquido	231.846	237.270	191.849	231.856	237.280	191.857
Total do capital	743.561	591.128	449.844	739.336	588.132	449.470
Índice de alavancagem financeira (%)	69	60	57	69	60	57

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro proveem de diversas instituições financeiras onde garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

(i) Emissão de debêntures no montante de R\$ 200 milhões contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira; (ii) linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste no total de R\$ 85 milhões, investidos na planta fabril de Alagoas; (iii) R\$ 53 milhões referentes empréstimo externo amparado pela Lei nº 4.131 com swap para CDI, investidos no projeto de expansão fabril; (iv) benefício de R\$ 47 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 761 mil; e (v) cerca de R\$ 165 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações..

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em dezembro de 2015, a Companhia emitiu R\$ 200 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O endividamento da Companhia é basicamente composto por parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 82,4 milhões e por financiamentos de equipamentos e capital de giro no montante de R\$ 697,7 milhões. O aumento do endividamento comparado com 2014 está relacionado aos investimentos em expansão, principalmente na fábrica do Nordeste e a emissão de debêntures realizada em dezembro de 2015 visando a preservação da liquidez. O endividamento bruto totalizou R\$ 780 milhões, sendo que aproximadamente 28% possuem vencimento no curto prazo e 72% no longo prazo.

Endividamento	2015	2014	2013
Endividamento bancário	697.728	447.368	293.134
Tributário	82.495	84.760	116.696
(=) Total do endividamento	780.223	532.128	409.830
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	(193.968)	(92.383)	(57.677)
Créditos com Refinadora Catarinense	(84.601)	(88.893)	(94.540)
(=) Total do endividamento líquido	501.654	350.852	257.613
EBITDA últimos 12 meses	166.748	175.997	156.125
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	3,01	1,99	1,65

A Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já se transformaram em precatório. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, em março de 2013, em abril de 2014, e em dezembro de 2015 nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente.

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,13% a.a. ¹	15.541	3.447	9.872
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	705	476	1.007
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.015	1.468	-
Exim Pré-embarque TJ 462	R\$	Ago/2015	- a.a. ¹	-	30.103	20.335
BNDES (d)	R\$	Mar/2016	10,36% a.a. ¹	2.362	15.582	15.168
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,74% a.a.	14.488	14.589	7.497
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	US\$	Ago/2016	15,73% a.a. ¹	24.482	-	-
NCE (f)	R\$	Jan/2018	15,01% a.a. ¹	63.790	47.237	20.584
Pré-pagamento (g)	US\$	Mai/2018	5,08% a.a.+VC	4.896	3.338	1.481
PRODEC (h)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	13.514	7.486	5.632
FINEP (i)	R\$	Mai/2021	6,85% a.a. ¹	6.866	5.215	5.204
DEG (j)	US\$	Out/2021	5,63% a.a.+VC	12.497	524	-
FINAME (k)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	415	174	11
ACC (l)	US\$	Dez/2015	3,15% a.a.+VC	15.365	37.306	-
NCE (f) - (nota 7)	US\$	Nov/2017	15,41% a.a.	26.117	5.777	-
Debêntures 1ª série (m)	R\$	Nov/2022	17,69% a.a.	336	-	-
Debêntures 2ª série (n)	R\$	Nov/2020	17,29% a.a.	325	-	-
Outros				-	-	4.277
Total do circulante			12,12% a.a.¹	210.714	172.722	91.068
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,13% a.a. ¹	1.110	1.001	966
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	1.124	-	476
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	76.446	27.760	-
BNDES (d)	R\$	Mar/2016	10,36% a.a. ¹	-	2.083	17.083
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,74% a.a.	14.286	28.571	42.857
NCE (f)	R\$	Jan/2018	15,01% a.a. ¹	48.716	61.017	48.000
Pré-pagamento (g)	US\$	Mai/2018	5,08% a.a.+VC	7.322	8.301	10.249
PRODEC (h)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	33.934	34.738	26.128
FINEP (i)	R\$	Mai/2021	6,85% a.a. ¹	19.986	26.794	19.318
DEG (j)	US\$	Out/2021	5,63% a.a.+VC	58.572	47.812	-
FINAME (k)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	2.648	3.186	5.445
NCE (f) - (nota 7)	US\$	Nov/2017	15,41% a.a.	26.032	33.383	-
Debêntures 1ª série (m)	R\$	Nov/2022	17,69% a.a.	98.419	-	-
Debêntures 2ª série (n)	R\$	Nov/2020	17,29% a.a.	98.419	-	-
Outros				-	-	31.544
Total do não circulante			11,48% a.a.¹	487.014	274.646	202.066
Total Geral			11,67% a.a.¹	697.728	447.368	293.134
Total moeda nacional				522.445	310.927	275.583
Total moeda estrangeira				175.283	136.441	17.551

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

Detalhamento dos contratos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amorização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Capital Giro	set-15	out-16	R\$ 20.000	13	Mensal		Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
(b)	Arrend.financieiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal		Máquinas e equipamentos
	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 89.687	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(c)		<i>Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700</i>						
(d)	BNDES (Progeren)	jan-13 mar-13	jan-16 mar-16	R\$ 20.000 R\$ 10.000	36 36	Mensal Mensal	13 13	Operação clean Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
(e)	4131 Trade	dez-12	dez-17	R\$ 50.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		jul-15	jun-16	US\$ 6.396	12	Trimestral	6	Operação clean
		set-15	ago-16	US\$ 2.000	12	Trimestral	6	
(f)	Crédito de Exportação (NCE)	jan-13	dez-17	R\$ 20.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		abr-13	abr-16	R\$ 30.000	36	Semestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		mar-14	jan-17	R\$ 15.000	35	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		mar-14	jan-17	R\$ 13.300	35	Mensal	12	
		abr-14	mar-17	R\$ 15.000	36	Mensal	12	
		mai-14	abr-17	R\$ 15.000	35	Mensal	8	
set-14	set-17	R\$ 10.000	36	Trimestral	3	Operação clean		
nov-14	nov-17	US\$ 15.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato		
fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9			
(g)	Pré-pagamento PRODEC	jun-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
					48	Bullet	Bullet	-
(h)		<i>(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.</i>						
(i)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco, conforme abaixo: 1ª - R\$ 5.000 em 07/2010, 2ª - R\$ 5.100 em 08/2010, 3ª - R\$ 3.146 em 09/2010, 4ª - R\$ 5.572 em 12/2012 e 5ª - R\$ 11.282 em 08/2013.</i>						
		jul-14	mai-21	R\$ 12.627	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela em 01/2016.</i>						
(j)	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
		<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, porém, a Companhia já recebeu a "waiver" para o 4T15 e o saldo está mantido no não circulante.</i>						
(k)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(l)	ACC	nov-15	nov-16	US\$ 5.000	12	Bullet	Bullet	Operação clean
(m)	DEBÊNTURES 1ª Série	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
(n)	DEBÊNTURES 2ª Série	dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia prevê em estatuto a aprovação do Conselho de Administração para contratações de linhas de financiamento acima de R\$ 20 milhões, e segue cumprindo essa determinação.

O contrato com o DEG - Deutsche Investitions já mencionado acima, possui cláusulas de covenants, e que em 31 de dezembro de 2015 não estavam sendo atendidos, porém, a Companhia possui a Waiver do período mencionado e manteve o saldo no não circulante. A emissão das debêntures também está vinculada contratualmente a cláusulas de covenants, e não apresentaram quebra no encerramento deste exercício. Ademais não existem outras restrições.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com mais de R\$ 87 milhões em caixa e também com linhas de créditos disponíveis, porém não utilizadas no montante de R\$ 44.692. Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 89.686.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31/12/15 X 31/12/13	31/12/15 X 31/12/14	31/12/14 X 31/12/13
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	87.664	92.383	57.677	6%	8%	6%	52%	-5%	60%
Aplicações financeiras vinculadas	100.478	-	-	7%	0%	0%	0%	0%	0%
Contas a receber de clientes	208.367	187.918	163.801	15%	17%	18%	27%	11%	15%
Estoques	205.291	192.292	177.847	15%	17%	20%	15%	7%	8%
Adiantamentos a fornecedores	2.053	1.788	9.975	0%	0%	1%	-79%	15%	-82%
Tributos a recuperar	16.755	15.196	6.905	1%	1%	1%	143%	10%	120%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.020	452	10.978	0%	0%	1%	-45%	1232%	-96%
Outros	12.976	7.810	6.549	1%	1%	1%	98%	66%	19%
	<u>639.604</u>	<u>497.839</u>	<u>433.732</u>	<u>47%</u>	<u>44%</u>	<u>48%</u>	<u>47%</u>	<u>28%</u>	<u>15%</u>
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas	84.601	88.893	94.540	6%	8%	10%	-11%	-5%	-6%
Depósitos judiciais	59.924	46.581	20.721	4%	4%	2%	189%	29%	125%
Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621	43.555	4%	4%	5%	12%	0%	12%
Tributos a recuperar	10.477	15.330	3.884	1%	1%	0%	170%	-32%	295%
Ativo tributário	22.718	15.386	13.896	2%	1%	2%	63%	48%	11%
Ativo atuarial	9.676	5.075	9.547	1%	0%	1%	1%	91%	-47%
Aplicações financeiras vinculadas	5.826	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	814	519	519	0%	0%	0%	57%	57%	0%
	<u>242.657</u>	<u>220.405</u>	<u>186.662</u>	<u>18%</u>	<u>19%</u>	<u>21%</u>	<u>30%</u>	<u>10%</u>	<u>18%</u>
Investimentos	198	198	198	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Imobilizado	444.194	392.585	265.572	33%	35%	29%	67%	13%	48%
Intangível	25.240	21.321	18.744	2%	2%	2%	35%	18%	14%
	<u>469.632</u>	<u>414.104</u>	<u>284.514</u>	<u>35%</u>	<u>37%</u>	<u>31%</u>	<u>65%</u>	<u>13%</u>	<u>46%</u>
	<u>712.289</u>	<u>634.509</u>	<u>471.176</u>	<u>53%</u>	<u>56%</u>	<u>52%</u>	<u>51%</u>	<u>12%</u>	<u>35%</u>
Total do ativo	1.351.893	1.132.348	904.908	100%	100%	100%	49%	19%	25%

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 87 milhões em 31 de dezembro de 2015, 5% menor que no mesmo período de 2014, a variação refere-se ao fluxo operacional da companhia. Já o incremento de 60% dos valores de caixa referente a 31 de dezembro de 2014 em comparação com 31 de dezembro de 2013, decorre do saldo de conta corrente no Banco Citibank de Nova Iorque, recursos estes utilizados para o pagamento de investimentos.

Aplicações financeira vinculadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de R\$ 100 milhões em 31 de dezembro de 2015 está vinculada aos contratos das Debêntures que estarão liberadas após o registro dos gravames escritos nas garantias.

Contas a receber de clientes

As variações observadas no saldo de contas a receber de clientes decorrem principalmente do crescimento das vendas no período que apresentaram aumentos expressivos. Os prazos médios de recebimento tem se demonstrado estável, 71 dias para as vendas realizadas em 2015, 2014 e 2013..

Estoques

O aumento de 7% nos estoques entre dezembro de 2015 e dezembro de 2014 estão de acordo com o planejamento da Companhia. Os prazos de renovação dos estoques em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 representavam de 111, 117 e 121 dias respectivamente.

Adiantamento a fornecedores

O acréscimo de 15% no saldo dos adiantamentos a fornecedores em 2015 comparado com 2014, decorre da aquisição de máquinas e equipamentos. Porém se confrontado com 2013 houve redução de 79% devido a normalização das compras de produtos outsourcing.

Tributos a recuperar

A variação de 10% em dezembro 2015 com relação ao mesmo período de 2014, refere-se respectivamente a PIS/COFINS da operação e créditos extemporâneos. A variação de 120% entre 2014 e 2013 reflete o início das operações do novo centro de distribuição em Pernambuco e o crédito de ICMS sobre as importações.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 2015, o saldo da conta de impostos de renda e contribuição social a recuperar atingiu o montante de R\$ 6 milhões comparado com R\$ 452 mil em 2014. Estes impostos a recuperar serão compensados ao longo dos próximos meses.

Outros

O aumento de 66% no comparativo entre 2015 e 2014, em grande parte refere-se ao valor justo dos ganhos e perdas das operações de Swap.

Créditos com outras pessoas ligadas

A redução entre saldos de 2015 e 2014, tanto quanto entre 2014 e 2013 refere-se ao recebimento da parcela terceira e quarta parcela da Refinadora Catarinense, em Abril/2014 e Dez/2015 respectivamente com aplicação de deságio de 20% conforme contrato.

Depósitos judiciais

O aumento de 29% entre 2015 e 2014 tanto de 125% entre 2014 e 2013 refere-se à reclassificação de um processo judicial cível do fornecedor SC Gás. Os depósitos judiciais tem o objetivo de garantir o julgamento de ações que a Companhia mantém provisão para contingência.

Recebíveis da Eletrobrás

No comparativo de 2015 com 2014, não houve variação do montante, pois as atualizações realizadas até julho de 2014 foram interrompidas até que o processo seja novamente avaliado pela Contadoria da Justiça Federal.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante sofria atualização pelo índice de inflação, acrescidos de 12% a.a., assim a variação entre 2014 e 2013 trata-se destas atualizações.

Tributos a recuperar

A redução de 32% entre 2015 e 2014 nesta rubrica, corresponde a apropriação do crédito de PIS/COFINS sobre imobilizado conforme início das operações da nova planta fabril em Alagoas. O aumento de 295% entre 2014 e 2013 é decorrente do crédito presumido sobre produtos.

Ativos tributários

O aumento de 48% em 2015 com relação a 2014 corresponde ao reconhecimento de R\$ 5 milhões referente ao processo de Crédito Prêmio IPI. Já as variações de 2014 com 2013, compõe somente atualização monetária.

Ativo atuarial

O ativo atuarial decorrente do plano de benefício definido concedido aos empregados apresentou uma variação positiva de 91% em 2015, resultado da avaliação anual do plano de previdência, fruto de alterações nas hipóteses atuariais, em especial juros e rotatividade. Já entre dezembro de 2014 e dezembro de 2013 esta rubrica apresentou uma variação negativa de 47%, neste período o plano apresentou uma perda atuarial, o que significa que o plano pagou mais benefícios, o valor justo dos ativos também aumentou, mas em contrapartida, as obrigações atuariais foram maiores do que o ano anterior e maiores que o rendimento esperado. A avaliação atuarial é realizada por atuários independentes.

Imobilizado e Intangível

O imobilizado da Companhia apresenta um aumento de 13% no período de 2015/2014 decorrente do plano de investimentos. Porém, o aumento de 48%, entre dezembro de 2014 e 2013, está relacionado à estratégia de crescimento, com investimentos em expansão para consolidação de melhor nível de serviço, a nova planta fabril em Alagoas.

Quanto ao ativo intangível, o incremento de 18% (14% em 2014 x 2013) se refere aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial. Os gastos passam a ser amortizados de acordo a conclusão da implantação de tais sistemas e o prazo é conforme o benefício futuro estimado pela Administração da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31/12/15	31/12/15	31/12/14
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	X	X	X
	de 2015	de 2014	de 2013	de 2015	de 2014	de 2013	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	127.352	126.670	153.842	9%	11%	17%	-17%	1%	-18%
Cessão de crédito fornecedores	15.642	23.703	-	1%	2%	0%	0%	-34%	0%
Empréstimos e financiamentos	210.714	172.722	91.068	16%	15%	10%	131%	22%	90%
Empréstimos e financiamentos	210.053	172.722	91.068	16%	15%	10%	131%	22%	90%
Debêntures	661	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Parcelamento de obrigações tributárias	9.081	8.358	18.080	1%	1%	2%	-50%	9%	-54%
Impostos, taxas e contribuições	10.748	9.437	7.312	1%	1%	1%	47%	14%	29%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	571	8.272	461	0%	1%	0%	24%	-93%	1694%
Provisões para contingências	-	17.966	14.635	0%	2%	2%	-100%	-100%	23%
Adiantamentos de clientes	15.301	15.608	18.440	1%	1%	2%	-17%	-2%	-15%
Obrigações sociais e trabalhistas	29.015	24.501	20.483	2%	2%	2%	42%	18%	20%
Provisão para participação nos lucros	4.528	6.312	6.601	0%	1%	1%	-31%	-28%	-4%
Dividendos a pagar	7.667	16.895	15.239	1%	1%	2%	-50%	-55%	11%
Contas a pagar de investimentos	-	21.466	-	0%	2%	0%	0%	-100%	0%
Outros	8.871	8.333	6.324	1%	1%	1%	40%	6%	32%
	<u>439.490</u>	<u>460.243</u>	<u>352.485</u>	<u>33%</u>	<u>41%</u>	<u>39%</u>	<u>25%</u>	<u>-5%</u>	<u>31%</u>
Não circulante									
Fornecedores	47.923	33.287	15.966	4%	3%	2%	200%	44%	108%
Empréstimos e financiamentos	487.014	274.646	202.066	36%	24%	22%	141%	77%	36%
Empréstimos e financiamentos	290.177	274.646	202.066	21%	24%	22%	44%	6%	36%
Debêntures	196.837	-	-	15%	0%	0%	0%	0%	0%
Provisões para contingências	41.190	9.764	5.908	3%	1%	1%	597%	322%	65%
Provisão para incentivo de longo prazo	9.336	10.249	6.238	1%	1%	1%	50%	-9%	64%
Plano de previdência privada	-	-	2.544	0%	0%	0%	-100%	0%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.665	30.184	29.154	2%	3%	3%	-26%	-28%	4%
Parcelamento de obrigações tributárias	73.414	76.402	98.616	5%	7%	11%	-26%	-4%	-23%
Outros	5	293	74	0%	0%	0%	-93%	-98%	296%
	<u>680.547</u>	<u>434.825</u>	<u>360.566</u>	<u>50%</u>	<u>38%</u>	<u>40%</u>	<u>89%</u>	<u>57%</u>	<u>21%</u>
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos									
Capital social realizado	99.565	76.565	46.065	7%	7%	5%	116%	30%	66%
Ações em tesouraria	-	-	(2.545)	0%	0%	0%	-100%	0%	-100%
Reserva de capital	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Reserva legal	15.114	12.481	7.808	1%	1%	1%	94%	21%	60%
Lucros a disposição da AGO	124.079	131.268	107.843	9%	12%	12%	15%	-5%	22%
Ajuste de avaliação patrimonial	38.258	39.457	42.133	3%	3%	5%	-9%	-3%	-6%
Outros resultados abrangentes	(45.170)	(22.501)	(9.455)	-3%	-2%	-1%	378%	101%	138%
	<u>231.846</u>	<u>237.270</u>	<u>191.849</u>	<u>17%</u>	<u>21%</u>	<u>21%</u>	<u>21%</u>	<u>-2%</u>	<u>24%</u>
Participação dos não controladores	10	10	8	0%	0%	0%	25%	0%	25%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.351.893	1.132.348	904.908	100%	100%	100%	49%	19%	25%

Fornecedores

As variações no saldo de fornecedores entre 2015, 2014 e 2013, mantiveram-se nos níveis esperados pela Companhia. No longo prazo refere-se exclusivamente a provisão para pagamento do fornecedor de gás natural.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito fornecedores sofreu redução do saldo de 34% entre 2015 e 2014. A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Empréstimos e financiamentos

O crescimento do saldo de empréstimos e financiamentos em 56% (somados passivo circulante, não circulante e debêntures) deriva da emissão de debêntures realizadas pela companhia a fim de preservar sua liquidez financeira. Contudo, o aumento de 53% do saldo entre 2014 x 2013 resulta principalmente das captações tomadas para investimentos em expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas e da nova planta fabril em Alagoas. Destaca-se o alongamento do perfil de endividamento da Companhia. Em 2015, 2014 e 2013 o saldo do não circulante representa respectivamente 70%, 61% e 69% do total de empréstimos e financiamentos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parcelamento de obrigações tributárias

A redução do saldo desta rubrica, considerando a soma do circulante e não circulante decorre da liquidação das parcelas dos parcelamentos para ambos os períodos, sendo a variação entre 2015 e 2014 de 3%, 2014 e 2013 de 27%.

Impostos, taxas e contribuições

O acréscimo de 14% desta rubrica é reflexo das operações de venda da Companhia que geraram receita superior ao ano anterior e conseqüentemente, acréscimo nos impostos, taxas e contribuições.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

Em 2015, o saldo da conta de impostos de renda e contribuição social a recolher atingiu o montante de R\$ 571 mil comparado com R\$ 8.272 milhões em 2014, apresentando variação de 93%. Em 2014 o aumento foi devido a maior lucratividade obtida pela Companhia.

Provisões para contingências

O saldo de provisões para contingências considerando os montantes no passivo circulante e não circulante, aumentaram 49% (35% em 2014) em razão do aumento do número de processos trabalhistas e da contingência tributária dos débitos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são referentes a uma modalidade de venda em que o produto só é entregue após o pagamento de 50% do valor da compra. A prática diminui assim o risco financeiro. Em dezembro de 2015 houve uma redução de 2%, 15% em 2014.

Obrigações sociais e trabalhistas

A variação de 18% em 2015 (20% em 2014 x 2013) refere-se ao aumento do montante de ordenados e salários a pagar e às provisões de férias reconhecidas no período.

Provisão para participação nos lucros

A redução de 28% entre os períodos de 2015 e 2014 é reflexo dos resultados da companhia. Em 2014 x 2013 houve pequena redução, reflexo do alcance dos indicadores previstos.

Provisão para incentivo de longo prazo

A redução de 9% em 2015 se comparado com 2014 reflete resultados da companhia no período. Contudo, o aumento do saldo em 64% entre 2014 e 2013 deve-se ao incremento do plano de incentivo de longo prazo. O programa de meritocracia foi criado em 2012, cujo objetivo é atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na empresa, alinhando os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular a permanência nos cargos.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2015, e está líquido dos pagamentos de juros sobre capital próprios realizados em 21 de setembro de 2015, bem como em 2014 e 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a pagar de investimentos

O saldo da rubrica refere-se aos investimentos realizados com a construção da planta fabril em Alagoas no período de 2014.

Outros

Os outros passivos circulantes não sofreram variações significativas em 2015 comparado com 2014. Já em 31 de dezembro de 2014, foi 32% superior em relação a 2013, em virtude de algumas provisões de despesas.

Capital social realizado

Em abril de 2015, a companhia aumentou o capital social em R\$ 23 milhões, em 2014, o aumento foi de R\$ 30,5 milhões e em 2013 R\$ 5.266 milhões, os acréscimos foram realizados a fim de capitalizar o lucro da companhia. Ambas as movimentações foram aprovadas pelas AGE de 30 de abril de 2015 e 30 de abril de 2014 e 30 abril de 2013 respectivamente e não provocaram alteração na quantidade total de ações.

Ações em tesouraria

Em 2014 a Companhia efetuou o cancelamento das ações em tesouraria que havia registrado em 2013. A quantia era de 520 mil ações como ações em tesouraria, no total de R\$ 2.545 calculadas pelo valor de mercado.

Reserva legal

Foi destinado à reserva legal 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de 2015, bem como em 2014 e 2013, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

Lucros a disposição da AGO

Após as destinações obrigatórias previstas na lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, foi alocado a esta rubrica o montante de lucro do exercício social de 2015 a ser destinado após deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A proposta da Administração para destinação está nos documentos em anexo (instrução nº 481, artigo 9).

Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. A variação do saldo dessa rubrica refere-se a despesa de depreciação da reavaliação líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no montante de R\$ 1.199 (R\$ 789 em 31 de dezembro de 2014).

Outros resultados abrangentes

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré-lei 11.638) este registro acontecia no resultado. Nesta rubrica também estão registrados os ganhos e perdas atuariais relativas ao fundo de previdência dos funcionários da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	2015 x 2013	2015 x 2014	2014 x 2013
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.060.395	949.147	834.032	100%	100%	100%	27%	12%	14%
Custo dos produtos vendidos	(664.193)	(591.929)	(530.279)	-63%	-62%	-64%	25%	12%	12%
Lucro operacional bruto	396.202	357.218	303.753	37%	38%	36%	30%	11%	18%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(214.205)	(163.542)	(127.059)	-20%	-17%	-15%	69%	31%	29%
Gerais e administrativas	(34.568)	(30.461)	(28.410)	-3%	-3%	-3%	22%	13%	7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.024)	(12.481)	(10.767)	-1%	-1%	-1%	21%	4%	16%
	<u>(261.797)</u>	<u>(206.484)</u>	<u>(166.236)</u>	<u>-25%</u>	<u>-22%</u>	<u>-20%</u>	<u>57%</u>	<u>27%</u>	<u>24%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	134.405	150.734	137.517	13%	16%	16%	-2%	-11%	10%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	50.244	26.082	19.774	5%	3%	2%	154%	93%	32%
Despesas financeiras	(76.726)	(50.787)	(33.369)	-7%	-5%	-4%	130%	51%	52%
Variação cambial líquida	(31.542)	3.499	(4.873)	-3%	0%	-1%	547%	-1001%	-172%
	<u>(58.024)</u>	<u>(21.206)</u>	<u>(18.468)</u>	<u>-5%</u>	<u>-2%</u>	<u>-2%</u>	<u>214%</u>	<u>174%</u>	<u>15%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc	76.381	129.528	119.049	7%	14%	14%	-36%	-41%	9%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(32.227)	(40.562)	(16.591)	-3%	-4%	-2%	94%	-21%	144%
Diferido	8.519	4.518	(11.947)	1%	0%	-1%	-171%	89%	-138%
	<u>(23.708)</u>	<u>(36.044)</u>	<u>(28.538)</u>	<u>-2%</u>	<u>-4%</u>	<u>-3%</u>	<u>-17%</u>	<u>-34%</u>	<u>26%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	52.673	93.484	90.511	5%	10%	11%	-42%	-44%	3%
Lucro líquido do exercício	52.673	93.484	90.511	5%	10%	11%	-42%	-44%	3%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	52.652	93.464	90.496	5%	10%	11%	-42%	-44%	3%
Participação dos não controladores	21	20	15	0%	0%	0%	40%	5%	33%

Receita operacional líquida

Em 2015 a receita operacional líquida de vendas cresceu 12%, resultado dos projetos de ampliação das lojas próprias, implantação dos centros de distribuição (receita de serviços) e vendas da marca Pointer, combinado às exportações e à manutenção da estratégia comercial diferenciada. Em 2014 o crescimento foi de 14%, em virtude do aumento do volume físico de vendas aliado a melhoria no mix de produtos.

Lucro operacional bruto

Em 2015 o lucro bruto cresceu 11%, este resultado é reflexo da combinação dos diferentes cenários das duas plantas fabris. A planta catarinense passa por uma perceptível melhora na performance fabril, evidenciada pela eficiência de custo frente a inflação, redução dos consumos físicos e aumento do volume produzido. A nova planta em Alagoas, em fase inicial, está em um período de maturação, ainda com desafios de volume de vendas e estabilização dos custos e processos. Em 2014 o acréscimo foi de 18%, reflexo da continuidade das ações de ganho de produtividade aliadas aos esforços para contenção de gastos.

Despesas com vendas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O crescimento das despesas com vendas em 31% (29% entre 2014 e 2013) e refletem principalmente a continuidade dos projetos de expansão iniciados em 2014 pela companhia, em distribuição e logística, com abertura de centros de distribuição e expansão da sua rede de franquias – Portobello Shop.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 35 milhões em 2015, 13% superior em relação a 2014. E mantém-se representando 3% da receita líquida. Em 2014 foram 30 milhões devido à contratação de consultorias para sustentação do crescimento da companhia e estruturação de novas áreas, como as de gestão, meritocracia e projetos.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos

As outras despesas operacionais líquidas somaram R\$ 13 milhões em 2015, apenas 4% maior que no mesmo período de 2014. Em 2014 com relação a 2013 o crescimento foi de 16%. Os saldos referem-se principalmente à participação de funcionários e às despesas pré-operacionais da fábrica do Nordeste.

Resultado financeiro e outros ganhos e perdas, líquidos

A Companhia apresentou um resultado financeiro em 2015 de R\$ 58 milhões de despesa (R\$ 21 milhões em 2014), onde grande parte é reflexo da variação cambial, fruto da valorização do dólar, resultado que se reproduziu no período de 2014 quando comparado com 2013.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 53 milhões (R\$ 93 milhões em 2014), 44% inferior ao exercício de 2014, principalmente devido ao custo financeiro da dívida e ao impacto da variação cambial sobre a parcela da dívida em moeda estrangeira. Em 2014 o lucro líquido foi 3% superior, reflexo da eficiência das vendas e planejamento tributário dos impostos diretos sobre vendas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados à construção civil. Estes produtos são na maioria de produção própria e em menor escala, porém crescente, de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição.

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno

São quatro os canais de distribuição:

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“home centers”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharias – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Varejo Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 135 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

Pointer – A marca Pointer foi concebida para atender um público específico, com portfólio exclusivo e focado principalmente no mercado do norte e nordeste brasileiro, e permitirá à Companhia atuar em um novo segmento com boas perspectivas de crescimento. A combinação das duas marcas, Portobello e Pointer, vislumbra um potencial importante de desenvolvimento do negócio, ampliando a atuação da Companhia diferentes posicionamentos de mercado.

Mercado Externo

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em aproximadamente 60 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações em 2015 foram Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Peru, Bélgica, África do Sul, Bolívia, Estados Unidos, Inglaterra, México, Austrália e Colômbia.

As exportações são restritas aos mercados mais rentáveis, sendo que neste ano representaram 13% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional aliada as taxas de câmbio. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2015		2014		2013	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	924.463	87%	845.782	89%	757.156	91%
Mercado externo	135.932	13%	103.365	11%	76.876	9%
	<u>1.060.395</u>		<u>949.147</u>		<u>834.032</u>	

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

Em 2015 os principais fatores que influenciaram os resultados da Companhia foram a gestão rigorosa de custos e despesas, revisão de seus investimentos, busca de otimização da distribuição multicanal e no mix de produtos. A receita líquida consolidada superou o patamar de um bilhão em 2015, 12% acima de 2014. O crescimento foi resultado dos projetos de ampliação das lojas próprias, implantação dos centros de distribuição (receita de serviços) e vendas da marca Pointer, combinado às exportações e à manutenção da estratégia comercial diferenciada, com campanhas de vendas específicas. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 167 milhões, foi afetada principalmente pela maturação dos novos negócios já mencionados. E no endividamento, ainda sentiu-se o reflexo dos investimentos da fábrica Nordeste, e para preservar a liquidez financeira, a Companhia emitiu R\$ 200 milhões de debêntures ao final do ano.

O ano de 2014 foi desafiador para o cenário econômico do país, onde alguns fatores como as eleições presidenciais, a Copa do Mundo, a alta da inflação, e o baixo crescimento do PIB brasileiro influenciaram negativamente o desenvolvimento dos negócios de maneira geral, fazendo com que consumidor final contivesse seus gastos e investimentos no ramo de construção civil. Ainda assim, a Companhia obteve um EBITDA de R\$ 176 milhões com margem de 19%. Este resultado se deve não só ao posicionamento e as estratégias adotadas nos últimos anos, mas também às ações de adequação tomadas pela Administração à medida que o contexto de mercado foi se deteriorando. Foram tomadas ações comerciais e de racionalizações internas, tanto de custos e de despesas operacionais como de análise criteriosa de seu plano de investimentos. Vale mencionar que o endividamento líquido da Companhia de R\$ 351 milhões, equivale a 1,99x o EBITDA dos últimos 12 meses. Esse acréscimo de R\$ 93 milhões em relação a 2013 ocorreu, sobretudo, em função dos investimentos na fábrica do Nordeste.

O desempenho da Companhia em 2013 atingiu um novo patamar de receita bruta, alcançando a marca histórica de R\$ 1 bilhão e com crescimento consistente, em média de 20%, comparada a receita líquida dos últimos 5 anos. Em paralelo, houve também um aumento relevante nos níveis de endividamento da Companhia, decorrente dos investimentos realizados em 2013, destinados a projetos de expansão como a implantação de uma linha completa de porcelanato de grandes formatos, investimentos em novo modelo logístico para suprir as novas demandas com a mesma qualidade e menor custo com criação de centros de distribuição em locais estratégicos e o início da construção da Fábrica Nordeste.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita líquida do mercado interno representou 86% do total e cresceu 9% em relação a 2014, com destaque para os canais varejo e engenharia. A Abrammat divulgou queda no indicador da construção civil de 13% e os indicadores de varejo demonstram que o consumo nacional caiu 5%, enquanto a Companhia aproveitou as oportunidades do segmento, cresceu e ganhou marketshare.

Já a receita líquida do mercado externo, potencializada pela maior taxa média de câmbio, levou à Companhia obter um incremento de receita de 43% em relação ao exercício de 2014.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para energia e mão de obra, que são constantemente neutralizados pelos esforços buscando ganhos de produtividade.

Porém o impacto mais relevante para 2015 foi no resultado financeiro, que teve reconhecida uma despesa de R\$ 31.542 sob a rubrica “variação cambial líquida”.

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, conforme abaixo:

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber	47.775	34.118	24.254	47.775	34.118	24.254
Conta corrente	594	19.475	-	594	19.475	-
Créditos com controladas	79.947	54.383	47.962	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(79.676)	(54.128)	(47.649)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.640)	(46.721)	(41.989)	(17.640)	(46.721)	(41.989)
Empréstimos e financiamentos	(175.283)	(136.441)	(17.551)	(175.283)	(136.441)	(17.551)
(-) Operação Swap	76.630	39.160	-	76.630	39.160	-
Passivos líquidos expostos	(67.653)	(90.154)	(34.973)	(67.924)	(90.409)	(35.286)

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber	euro	458	293	341	458	293	341
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(1.468)	(6.193)	(2.111)	(1.468)	(6.193)	(2.111)
Empréstimos e financiamentos	euro	-	-	(88)	-	-	(88)
		<u>(1.010)</u>	<u>(5.900)</u>	<u>(1.858)</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(5.900)</u>	<u>(1.858)</u>
Contas a receber	dolar	9.412	9.387	8.082	9.412	9.387	8.082
Conta corrente	dolar	152	7.332	-	152	7.332	-
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	20.474	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.392)	(20.378)	(20.340)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(2.953)	(1.010)	(15.016)	(2.953)	(1.010)	(15.016)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(44.889)	(51.659)	(7.371)	(44.889)	(51.659)	(7.371)
(-) Operação Swap	dolar	19.624	15.026	-	19.624	15.026	-
		<u>(18.572)</u>	<u>(20.828)</u>	<u>(14.171)</u>	<u>(18.654)</u>	<u>(20.924)</u>	<u>(14.305)</u>

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, dado que a Companhia não fez alterações de segmentos operacionais nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos dessa natureza.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de abril de 2015 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 23.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169,§ 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 99.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 2014 a Companhia procedeu com o cancelamento das ações em tesouraria que havia registrado em 2013. A quantia era de 520 mil ações como ações em tesouraria, no total de R\$ 2.545 calculadas pelo valor de mercado.

Em 30 de abril de 2013 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 5.266, onde R\$ 5.000 provém da rubrica Reserva de Lucros a Distribuir e R\$ 266 da Reserva de Capital, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169,§ 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 46.065 dividido em 159.009 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica, dado que todas as alterações em virtude da adequação aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e a adaptação aos Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS), ocorreram nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, dado que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 - Políticas contábeis críticas

I) Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1. Consolidação

1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2015 é: Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

1.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2. Apresentação de informações por segmento de negócio

10.5 - Políticas contábeis críticas

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3. Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

4. Ativos Financeiros

4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", "caixa e equivalentes de caixa", "créditos com controladas".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

10.5 - Políticas contábeis críticas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para impairment, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (impairment) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos que correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros de dívidas e compromissos futuros. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

e) Mensurado ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

i) Aplicações financeiras e derivativas

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

4.3 Impairment de ativos financeiros

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. Torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

4.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

4.5 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

4.6 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano.

4.7 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da

10.5 - Políticas contábeis críticas

provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para impairment, caso exista algum indicador de perda.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

4.10 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu

10.5 - Políticas contábeis críticas

início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

4.11 **Impairment de ativos não financeiros , (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

4.12 **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.13 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

4.14 **Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes**

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

4.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4.16 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo (ILP)

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

4.17 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio.

4.18 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

4.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

4.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

4.21 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.22 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são

10.5 - Políticas contábeis críticas

diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

II) Estimativas e julgamentos contábeis críticas

1. Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os

10.5 - Políticas contábeis críticas

benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

5. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento de quatro parcelas (de um total de dez parcelas, conforme disposição contratual) sendo uma em agosto de 2011, uma em março de 2013, uma em abril de 2014, e uma em dezembro de 2015 nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a

10.5 - Políticas contábeis críticas

ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 08 de dezembro de 2014, a Portobello S/A foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv) Contratos de construção não terminada
- v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, visto que as operações que não estão registradas no balanço patrimonial foram evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes os últimos três exercícios sociais.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item 10.6 (b), os passivos contingentes referem-se a processos de natureza cível e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8 - Plano de Negócios

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios estão previstos investimentos da ordem de R\$ 104 milhões, sendo R\$ 25 milhões ao longo de 2016, e R\$ 37 milhões em 2017 e R\$ 42 milhões em 2018.

A Companhia pretende investir R\$ 25 milhões ao longo de 2016 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão e melhoria de processos.

Do montante previsto para investimento em 2016, cerca de 63% destina-se ao projeto de ampliação e modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), no qual cerca de R\$ 9,2 milhões serão reservados para aquisição de máquinas e equipamentos novos, R\$ 3,4 para melhorias do parque fabril e R\$ 3,4 para atualizações fabris de segurança. Adicionalmente 11% será destinado a melhorias de processos e sistemas administrativos, 14% a projetos da área comercial e 12% à unidade fabril em Alagoas.

Em 2017 e 2018, os investimentos serão destinados a melhorias do parque fabril e desenvolvimento tecnológico; bem como aperfeiçoamento dos processos e gestão.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os fluxos de desembolso financeiro para os investimentos estão equilibrados com a geração de caixa das operações, e a retenção de lucros do exercício de 2015 proposta a ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2015 foi inaugurada a nova fábrica em Alagoas, com investimentos totais de cerca de R\$ 257 milhões, incluindo Capex, despesas pré-operacionais e capital de giro. A nova fábrica é o motor da marca Pointer, que já contribui para o resultado consolidado da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 7,5 milhões em 2016.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme divulgado nos itens anteriores, a unidade fabril de Alagoas está atendendo o mercado no Nordeste através da marca Pointer.

- **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não foram divulgadas novas projeções, bem como, não houve substituição, dado que as projeções divulgadas anteriormente já foram realizadas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não foram divulgadas novas projeções, bem como, não houve substituição, dado que as projeções divulgadas anteriormente já foram realizadas.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções divulgadas foram totalmente realizadas:

Projeções	Valores estimados	Valores realizados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijuca	R\$ 86 milhões	R\$ 87 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%	20%
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano	4,2 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões	R\$ 115 milhões

Os investimentos em expansão e modernização da unidade fabril em Tijuca ficaram dentro do planejamento da Companhia e a variação decorre das oscilações do mercado.

O desempenho da Companhia em 2013 atingiu novo patamar de receita bruta, alcançando a marca histórica de R\$ 1 bilhão e com crescimento consistente mantido em 2014, em média de 20%, quando comparamos a receita líquida dos últimos 5 anos.

A capacidade produtiva da nova linha de produção prevista em 4,6 milhões m²/ano permanece como capacidade total, sendo que no exercício de 2014 atingimos o montante de 4,2 milhões. Já a receita líquida atingiu o montante de R\$ 115 milhões sendo que a variação decorre de preços praticados em relação ao inicialmente projetado, oriundos de fatores de mercado.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar porque elas foram abandonadas ou substituídas.

Não se aplica, dado que não foram divulgadas novas projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria será de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social (o “Plano Anual de Investimentos”);
- c) Eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- d) Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- e) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 do Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- f) Fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- g) Atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 37;
- h) Fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- i) Analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- j) Deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- k) Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- l) Propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- o) Deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social;
- p) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- q) Submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- r) Aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- s) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- t) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- u) Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- v) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- w) Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- x) Realizar operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;
- y) Deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil; e
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social.
- aa) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de Companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e
- bb) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenham por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
- as repercussões da oferta pública da aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Compete à Diretoria, como colegiado:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- c) Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- d) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;
- f) Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no País;
- g) Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- h) Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- i) Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- j) Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- k) Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- l) Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;
- m) Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- n) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia atua em caráter permanente.

c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicado. A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

e) Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração. Já a diretoria, é avaliada com base no gerenciamento pelas diretrizes.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência à convocação.

b) Competências

Está delimitada pela Lei nº 6.404/76 artigo 122 (alterado pela Lei nº 10.303/01).

"Art. 122. Compete privativamente à assembleia-geral:

I - reformar o estatuto social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59;

V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);

VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias;

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e

IX - autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata".

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos:

<http://www.portobello.com.br/ri>, <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br>.

Endereço físico:

BR 101, KM 163, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta uma política para administração de conflitos de interesses.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada na Companhia para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia admite outorga de procuração por meio eletrônico prescindindo de firma reconhecida, desde que seja encaminhado por endereço fidedigno.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo e/ou o áudio das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não admitidos, dado que a assembleia delibera somente a ordem do dia, estabelecida previamente em edital.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração em Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração eleitos pelo bloco de acionistas controladores exercerão seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo representante do bloco de acionistas controladores de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento do Acordo de Acionistas e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia aderiu ao Novo Mercado em 2008 e, como requerido, firmou compromisso de resolução de conflitos através da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme o artigo 58 constante em seu estatuto social:

Artigo 58 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Mauro do Valle Pereira	29/01/1959	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	2 anos	0
376.466.139-91	Administrador	19 - Outros Diretores	12/05/2016	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Diretor não exerce outros cargos na Companhia.		Diretor Corporativo			
John Shojiro Suzuki	27/02/1977	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	2 anos	0
260.176.488-02	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	12/05/2016	Sim	0.00%
Diretor Financeiro.					
Claudio Avila da Silva	02/07/1953	Pertence apenas à Diretoria	01/06/2016	2 anos	0
179.169.099-87	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	01/06/2016	Sim	0.00%
Foi membro do Conselho de Administração					
Nilton Torres de Bastos Filho	19/11/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	0
217.335.658-50	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não ocupa outros cargos na Companhia.					
Cesar Bastos Gomes	21/07/1928	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	0
002.288.349-53	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Glauco José Côrte	19/03/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	0
003.467.999-53	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Mário José Gonzaga Petrelli	31/05/1935	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	0
006.376.109-20	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Plínio Villares Musetti	27/01/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	0
954.833.578-68	Administrador e Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Alves de Souza Waddington 753.504.087-04	01/01/1962 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2016 29/04/2016	2 anos Não	0 0.00%
César Gomes Júnior 305.583.019-91	26/05/1957 Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	29/04/2016 29/04/2016	2 anos Sim	0 0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria					
Maro Marcos Hadlich Filho 442.839.119-68	28/09/1962 Advogado e Contador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2016 29/04/2016	1 ano Sim	0 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Maria Amália Trevisol Muller 683.167.129-20	18/09/1965 Contadora	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2016 29/04/2016	1 ano Sim	0 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Haroldo Pabst 131.643.339-00	19/07/1942 Advogado	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2016 29/04/2016	1 ano Sim	0 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Jorge Muller 518.027.679-91	30/09/1964 Contador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2016 29/04/2016	1 ano Sim	0 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91					
Formado em Administração de Empresas pela ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência), com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Grupo Portobello, com início em 1978, atuando em diversas áreas.					
John Shojiro Suzuki - 260.176.488-02					

Graduado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico – ITA em São José dos Campos - SP, MBA em Finanças e Empreendedorismo pela Universidade de Chicago, USA, e também participou de Programa de Intercâmbio Técnico-Cultural pelo Miyazaki Politech Centre em Miyazaki, Japão. Atuou na empresa Booz Allen & Hamilton com Consultoria Estratégica. Foi Analista de Crédito e Gerente de Relacionamento com clientes corporativos no Itaú BBA Bank. Trabalhou ainda na Monitor Clipper Partners Private Equity Firm como Summer Associate, em Cambridge, USA. Recentemente atuou como Diretor na Angra Partners, empresa de Assessoria Financeira e Gestão de Fundos de Private Equity. Foi membro do Conselho Fiscal da JBS S/A.

Claudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de SC, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul, e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás. É Diretor Vice-Presidente da Portobello S.A.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

MBA (especialização em finanças e operações) pela Stern School of Business da New York University (NYU) e Engenheiro Mecânico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Foi consultor, tendo trabalhado em projetos de estratégia e operações para: Editora Abril, Editora Ática Scipione, Klabin, TAM e outros. Foi Diretor Comercial e Diretor Industrial da Portobello S/A, e diretor da Portobello Shop S/A. Atualmente é Diretor de Planejamento da Lubrasil Lubrificantes Ltda.

Cesar Bastos Gomes - 002.288.349-53

Sucessor do Fundador das Empresas Portobello, Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Gomes Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Pedra Branca Ltda, e Presidente do Conselho de Administração da Portobello S/A.

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda. Foi Presidente do Conselho de Administração da Celesc S/A e membro do Conselho de Administração da Santinvest S/A. É membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, do Conselho de Administração da Pedra Branca S/A. É membro do Conselho da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Presidente do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Confederação Nacional da Indústria (CNI). É Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC e dos Conselhos do SESI/SENAI/IEL.

Mário José Gonzaga Petrelli - 006.376.109-20

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1959. Foi Diretor do Banco do Brasil. É Fundador e Presidente Emérito da Rádio e TV Independência S/A de Curitiba-PR, Vice-Presidente do Conselho de Administração da DTCOM-Direct To Company, membro do Conselho Consultivo do Grupo Icatú-Itaboraí Participações S/A. É Diretor da Icatú Hartford Seguros e Capitalização, Vice Presidente da Companhia de Seguros Gerais e da Confederação Nacional de Seguros Privados e Capitalização. É Fundador e Presidente Emérito do sistema RIC Record no Paraná e em Santa Catarina, dos jornais "Notícias do Dia" em Santa Catarina e "Record News" em Santa Catarina e Paraná, bem como da Palmar Empreendimentos Turísticos Ltda. É membro do Conselho de Política Superior da Federação das Empresas de Seguros e Capitalização, e membro do Conselho Político da Associação Comercial de São Paulo. É fundador e membro do Conselho Superior da Academia Nacional de Seguros, Previdência e Capitalização, com sede em São Paulo.

Plínio Villares Musetti - 954.833.578-68

Graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e participou do "Program for Management Development" na Harvard Business School. Iniciou sua carreira dentro do Grupo Villares em projetos de expansão, passando em seguida a atuar por nove anos na área financeira. Foi presidente da Elevadores Atlas S/A e da Elevadores Atlas Shindler S/A. Foi sócio do JPMorgan Partners, o braço de "private equity" do J.P. Morgan Chase & Co., tornando-se responsável pelas atividades de "private equity" no Brasil. Foi Presidente executivo da Vitopel do Brasil Ltda., empresa produtora de filmes plásticos de polipropileno bi-orientado (BOPP) para o segmento de embalagens. Foi Diretor Presidente da Satipel Industrial S/A maior empresa produtora de painéis de madeira (MDP e MDF) do Brasil até sua fusão com a Duratex. Atualmente é sócio da Janos Holding, companhia de investimentos e gestão de empresas, é membro dos Conselhos de Administração da Adecoagro, RaiaDrogasil e Presidente do Conselho de Administração da Natura.

Roberto Alves de Souza Waddington - 753.504.087-04

Bacharel em Ciências Econômicas pela Sociedade Brasileira de Ensino C.Mendes - Rio de Janeiro, Brasil. Atuou em empresas como Bank of Montreal – Rio de Janeiro, Brasil – Gerente de Corporate Finance, Aracruz Celulose S.A. – Rio de Janeiro, Brasil – Gerente de Programação Tesouraria; PepsiCo & Cia. Brasil - São Paulo, Brasil – São Paulo - Diretor Regional; Globo Cabo S.A. – Rio de Janeiro, Brasil – Diretor Financeiro; Arisco Produtos Alimentícios S.A. – São Paulo, Brasil – Diretor Financeiro; Invent - Internet Ventures S.A. – Rio de Janeiro, Brasil – Presidente; RW Consultoria Econômica S/C Ltda. – Sócio Diretor; Cia. Brasileira de Contact Center – São Paulo, Brasil – Diretor Superintendente e CordVida – Inst. Medicina de Processamento e Armazenamento de Células Tronco Ltda. - São Paulo, Brasil – Presidente e Sócio atualmente, segunda empresa do país na área de biotecnologia de armazenamento de células tronco, fundada em Janeiro de 2004. Principal executivo responsável pela coordenação da Diretoria Executiva e na definição e execução da estratégia da companhia

César Gomes Júnior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., é também membro do Conselho Consultivo da CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Portobello S/A.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). Foi professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amália Trevisol Muller - 683.167.129-20

Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Bastos Gomes	002.288.349-53	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	---

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Heloisa Gomes Rebelo	042.547.789-45	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
----------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista membro do grupo de controle.

Observação

O Sr. Cesar Bastos Gomes também é irmão dos acionistas Paulo Bastos Gomes, Maria Amelia Gomes Vieira, Maria Gertrudes da Luz Gomes, também membros do Grupo de Controle.

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Bastos Gomes	002.288.349-53	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Observação

O Sr. Cesar Bastos Gomes também é pai de alguns acionistas membros do Grupo de Controle: Eleonora Ramos Gomes, Valério Gomes Neto e Eduardo Ramos Gomes, e também avô de outros acionistas do mesmo Grupo: Gabriela Richter Gomes, Carolina Consonni Gomes e Marcelo Consonni Gomes, conforme detalhamento do Grupo exposto no item 8.1, e avô de Nilton Torres de Bastos Filho, membro do Conselho de Administração.

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Cesar Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello América, Inc - USA		
------------------	----------------	-------------------------------	--	--

Administrador

Observação

o Sr. Cesar Gomes Junior também é pai de uma acionista do Grupo de Controle: Gabriela Richter Gomes, conforme detalhamento do Grupo exposto no item 8.1, e esposo da Sra. Maria Isabel Richter Gomes, sócia da Junior Adm de Bens e Part. Soc Ltda, que também é membro do grupo de controle.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Maria Amelia Gomes Vieira Acionista membro do grupo de controle	024.514.519-20	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	----------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Daniel Gomes Vieira Acionista, membro do grupo de controle	507.316.459-87	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
---	----------------	----------------	--------------------	--

Observação

A Sra Maria Amelia Gomes Vieira também é mãe de outros acionistas que até 29/09/2014 fizeram parte do grupo de controle: Lucia Gomes Vieira Dellagnelo, Maria Cristina Gomes Vieira, Miriam Gomes Vieira de Andrade.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2014			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação de Imóvel			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cesar Gomes Junior Vice presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Acionista membro do grupo de controle.	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócia	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Fornecedor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócia	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cesar Bastos Gomes Presidente do Conselho de Administração	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

Exercício Social 31/12/2013			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda. Sócia	11.561.432/0003-50		
Observação			
Franquia Portobello Shop e Locação imóvel			

Administrador do Emissor			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
Pessoa Relacionada			
Solução Cerâmica Comércio Ltda. Sócia	03.796.084/0001-00		
Observação			
Franquia Portobello Shop			

Administrador do Emissor			
Valerio Gomes Neto Acionista membro do grupo de controle	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
Observação			
Locação Centro Empresarial Office Park			

Administrador do Emissor			
Cesar Gomes Junior Vice Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Acionista membro do grupo de controle	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio <u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park	10.723.267/0001-60		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> Gomes Participações Societárias Ltda Sócia <u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park	10.723.267/0001-60		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Eduardo Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> Gomes Participações Societárias Ltda Sócio <u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park	10.723.267/0001-60		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Cesar Bastos Gomes Presidente do Conselho de Administração	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a ACE Seguros Soluções Corporativas S/A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Além de seguir as regras para companhias de capital aberto da CVM e atender às regras do Novo Mercado, segmento de listagem mais elevado em Governança Corporativa de BMF&Bovespa a Companhia busca atender os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

12.13 - Outras informações relevantes

Em 06 de fevereiro de 2017 o membro efetivo do Conselho Fiscal, Rafael Maisonnave, apresentou sua renúncia ao cargo, em vigor a partir desta data, por razões de ordem pessoal. Sua eleição ocorreu em Assembleia Geral, realizada em 29 de abril de 2016, por indicação dos acionistas minoritários.

O Conselheiro tem como suplente o Sr. Jorge Michel Lepeltier, que o substituiria até o término do mandato no Conselho Fiscal, porém, quando comunicado, também formalizou sua renúncia ao cargo de conselheiro.

A Companhia esta adotando os procedimentos para a substituição da vacância.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os profissionais, mantendo alinhamento com a prática de mercado.

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da empresa;

Incentivo de longo prazo (ILP) – remuneração variável de longo prazo atrelada ao crescimento da empresa, objetivando o engajamento e retenção dos profissionais.

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – 1 parcela anual correspondendo a um *target* de 8 vezes o valor de seus honorários mensais;

ILP – Contrato de 5 anos com base em ação referência, com meta de crescimento, correspondendo a um *target* de 8 vezes o valor de seus honorários mensais.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Pesquisa de remuneração e aprovação em Assembleia Geral.

iv) razões que justificam a composição da remuneração

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Indicadores corporativos (LAJI – lucro antes de juros e impostos, Capital de Giro) e indicadores individuais.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Definida escala de atingimento dos indicadores, atrelados ao valor de remuneração correspondente (PPR, ILP).

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Até o exercício de 2013, parte da remuneração dos administradores ocorria na controlada Portobello Shop S/A.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.685.571,00	3.463.609,00	141.001,00	5.290.181,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.863.811,00	0,00	1.863.811,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	337.115,00	723.950,00	28.200,00	1.089.265,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2016 o valor é o previsto para o exercício.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2016 o valor é o previsto para o exercício.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2016 o valor é o previsto para o exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	571.257,00	0,00	571.257,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.072.115,00	0,00	2.072.115,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Incentivo de longo prazo	Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	2.022.686,00	8.694.742,00	169.201,00	10.886.629,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.546.396,00	3.177.622,00	129.358,00	4.853.376,00

Benefícios direto e indireto	0,00	1.709.918,00	0,00	1.709.918,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	309.280,00	664.174,00	25.872,00	999.326,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2015 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	524.089,00	0,00	524.089,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.901.023,00	0,00	1.901.023,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Incentivo de longo prazo.	Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observa�o	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessat�o do exercício do cargo ou remunera�o baseada em a�oes. Este valor corresponde � média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessat�o do exercício do cargo ou remunera�o baseada em a�oes. Este valor corresponde � média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessat�o do exercício do cargo ou remunera�o baseada em a�oes. Este valor corresponde � média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remunera�o	1.855.676,00	7.976.826,00	155.230,00	9.987.732,00

Remunera o total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
N� de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunera�o fixa anual				
Salário ou pr�-labore	1.441.304,00	2.887.562,00	129.358,00	4.458.224,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.554.094,38	0,00	1.554.094,38
Participa�es em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	291.179,00	597.787,00	17.248,00	906.214,00
Descri�o de outras remunera�es fixas	Conforme recomenda�o da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP n� 002/2015 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribui�es para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomenda�o da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP n� 002/2015 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribui�es para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Para 2015 o valor � o previsto para o exercício.	Conforme recomenda�o da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP n� 002/2015 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribui�es para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Para 2015 o valor � o previsto para o exercício.	
Remunera�o variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	538.318,00	0,00	538.318,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.901.023,00	0,00	1.901.023,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Incentivo de longo prazo.	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.732.483,00	7.478.784,38	146.606,00	9.357.873,38

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,00	3,00	15,58
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.192.091,48	2.160.480,99	135.695,22	3.488.267,69
Benefícios direto e indireto	1.249,75	1.013.787,05	0,00	1.015.036,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	252.621,52	455.095,32	12.935,88	720.652,72
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 003/2012 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 003/2012 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 003/2012 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.062.834,00	0,00	1.062.834,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.233.443,00	0,00	2.233.443,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Incentivo de longo prazo.	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.445.962,75	6.925.640,36	148.631,10	8.520.234,21

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçado.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de 2016			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2.643	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	5.931	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	2.425	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	2014			Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2013		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.363	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	4.165	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.439	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	3.296	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) (1)

Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2015					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	85.571.326	53,99%	100	-	360	0,24%
Conselho de Administração	167.820	0,11%	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	0,00%	300	0,10%	-	-
Total das ações	85.739.146	54,10%	400	0,10%	360	0,24%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Órgão	Diretoria
Número de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 4.669
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 406
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	9,00	9,00	8,58	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	9,00	9,00	8,58	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.069.000,00	1.428.479,00	1.630.969,00	206.186,00	192.498,00	168.527,10	51.743,00	48.869,00	49.543,70
Valor da menor remuneração(Reais)	1.222.000,00	809.700,00	782.051,00	206.186,00	192.498,00	168.527,10	51.743,00	48.869,00	49.543,70
Valor médio da remuneração(Reais)	1.994.207,00	1.869.696,00	1.731.410,10	206.186,00	192.498,00	168.527,10	51.743,00	48.869,00	49.543,70

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2015	O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2014	O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2015. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2013	O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. Já o da menor, foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos que 12 meses na função. Para o valor médio, foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2012. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto em caso de renúncia da remuneração.

Conselho de Administração	
31/12/2015	O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2014	O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2015. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2013	O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. Já o da menor, foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos que 12 meses na função. Para o valor médio, foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2012. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto em caso de renúncia da remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2015	O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2014	O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2015. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2013	O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. Já o da menor, foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos que 12 meses na função. Para o valor médio, foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2012. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto em caso de renúncia da remuneração.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta arranjos contratuais apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 642/10, não há membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica, dado que não houve outro tipo de vínculo que não a função que os administradores ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração em Controlada	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Diretoria	-	-	485
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição da Conta	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2015	2014	2013
Nº de empregados	2.792	2.588	2.437
Atividades Administrativas	132	123	115
Atividades Comerciais	787	877	764
Atividades Industriais	1.873	1.588	1.558
Nº de terceirizados	156	144	229
Atividades Administrativas	-	-	-
Atividades Comerciais	-	-	-
Atividades Industriais	156	144	229
Índice de rotatividade	1,40%	2,29%	2,60%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)
Posição sem estagiários.			
Dados da Controladora.			

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Em 2013, o índice de rotatividade apresentou crescimento relevante, influenciado basicamente por fatores de mercado.

O quadro geral de 2014 apresentou pequeno aumento devido à necessidade específica na área de expedição, no curso deste exercício.

Já em 2015, o aumento identificado é devido a transferência dos funcionários da controlada Companhia Brasileira de Cerâmica para a controladora PBG S.A, devido a absorção das suas atividades operacionais. Estratégias de redução de quadro não são consideradas nessa análise.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de Salários da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhor qualificados.

Ajustes Salariais:

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, por mérito, devidamente aprovados pela diretoria requisitante (eventualmente);
- Nos crescimentos verticais, por promoção, devidamente documentados, atendendo às exigências da descrição do cargo e exames médicos, em atendimento ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), mediante aprovação da diretoria.

Remuneração Variável:

- É praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, segundo atingimento de metas pré-estabelecidas, conforme orçamento da Companhia;
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados, para o corpo funcional, com base no indicador EBIT (“*earnings before interest and taxes*” ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos) orçado. Para gerentes, coordenadores, executivos de contas e consultores de franquia, *traders*, os indicadores estão descritos seguindo as metas definidas pelo Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). A distribuição se dá a partir de 80% de atingimento do indicador, e varia linearmente com o valor atingido.

b) Política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

- Plano de saúde: a Companhia oferece convênio com a UNIMED, arcando com 70% (setenta por cento) do custo do estadual enfermária, referenciado como básico. Existem ainda outras abrangências e módulos complementares nos quais o funcionário arca com o valor.
- Vale transporte: conforme prevê a legislação, com o diferencial de oferecer linhas de transportes em ônibus fretados, sendo assim, mais cômodo para o funcionário.
- Alimentação: a Companhia disponibiliza o restaurante para todos os funcionários que trabalham em Tijucas, servindo refeições de segunda a sábado. O valor total da refeição é de R\$ 7,28 (sete reais e vinte e oito centavos). A Companhia paga R\$ 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), equivalente a 80% do valor, e a parte do funcionário é de R\$ 1,46 (um real e quarenta e seis centavos), que representa 20% do total.
- Vale refeição: a Companhia oferece aos que ficam nas unidades fora da fábrica, com valor facial de R\$ 17,00 (dezesete reais) por dia, também arcando com 80% do valor da refeição.
- Convênio farmácia: a Companhia concede o benefício farmácia, reembolsando os funcionários em 50% (cinquenta por cento), considerando os medicamentos comprados mediante receita médica. Extensivo também aos dependentes.
- Convênio odontológico: a Companhia oferece dois modelos de plano, pré pago e pós pago, com o custo integral do funcionário.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Bônus assiduidade: para os funcionários com salário até R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) e que não tiverem falta ao trabalho a Companhia paga mensalmente R\$ 170,00 (cento e setenta reais), a título de vale alimentação.
- Abono de férias: todos os empregados recebem um abono equivalente a R\$ 488,00 (quatrocentos e oitenta e oito reais) pago uma única vez quando do retorno das férias. Este não possui natureza salarial, não se caracteriza como base para contribuições previdenciárias e enquadra-se no disposto no item 7, alínea “e”, § 9º, art. 28 da Lei nº 8.212/91.
- Reembolso creche ou babá: a Companhia paga às mães, nos primeiros 12 meses de vida de seu filho, o correspondente a R\$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete reais) mensais. Nos meses seguintes até dois anos, o valor passa a R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).
- Abono para dependente portador de necessidade especial: os empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, física ou mental, recebem um abono mensal a título de indenização por dependente nestas condições, da ordem de R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais), quando devidamente reconhecida por atestado expresso de médico especialista na área, assim corroborado por avaliação médica realizada por especialista indicado pela Companhia, quando for necessário.
- Associação de funcionários - ADEC: o funcionário tem a opção de participar da associação pagando 0,91% do salário base e a Companhia, quando for o caso, complementa até R\$ 22,00 (vinte e dois reais) o valor da mensalidade.
- Compra de produtos Portobello: a Companhia facilita a compra de produtos para seus empregados, familiares e amigos, adotando política específica, com descontos de até 30%. O pagamento pode ser parcelado via folha de pagamento.
- Seguro de vida: com apólice de grupo, onde a Companhia subsidia 50% do valor e o funcionário os outros 50%.
- Empréstimos consignados: oferecido conforme previsto pela legislação.
- Mamãe Portobello: a todas as funcionárias mães, no seu oitavo mês de gestação, a Companhia oferece o benefício de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para compra em mercadorias para seu bebê.
- Programa de Participação nos Resultados (PPR): a Companhia tem política com base no EBIT (“*earnings before interest and taxes*” ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos), para todos os funcionários. No nível executivo, além do EBIT tem também o indicador capital de giro. Com pagamento anual.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém ótimo relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que toda a diretoria do sindicato que representa os funcionários da categoria, incluindo a presidência da entidade, é ocupada por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus trinta e sete anos de operação.

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Valerio Gomes Neto						
245.328.949-72	Brasileiro	Sim	Sim	26/03/2014		
Não						
	2.952.744	1,860000%	0	0,000000%	2.952.744	1,860000%
Gabriela Richter Gomes						
007.489.389-07	Brasileira	Sim	Sim			
Não						
	1.522.181	0,960000%	0	0,000000%	1.522.181	0,960000%
Daniel Gomes Vieira						
530.997.889-53	Brasileiro	Sim	Sim			
Não						
	749.500	0,470000%	0	0,000000%	749.500	0,470000%
Lucia Gomes Vieira Dellagnelo						
593.613.879-87	Brasileira	Sim	Sim			
Não						
	803.500	0,510000%	0	0,000000%	803.500	0,510000%
Miriam Gomes Vieira de Andrade						
745.543.959-87	Brasileira	Sim	Sim			
Não						
	803.500	0,510000%	0	0,000000%	803.500	0,510000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Gustavo Czernay Gutierrez						
004.113.839-22	Brasileira	Sim	Sim	25/07/2016		
Não						
381.500	0,240000%	0	0,000000%	381.500	0,240000%	
Fundos Administrados pela Kinea Investimentos Ltda						
		Não	Não	16/01/2017		
Não						
8.343.000	5,260000%	0	0,000000%	8.343.000	5,260000%	
Carolina Czernay Gutierrez						
005.692.859-92	Brasileira	Sim	Sim	25/07/2016		
Não						
381.500	0,240000%	0	0,000000%	381.500	0,240000%	
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações						
	Brasileiros e Estadunidenses	Não	Não	10/11/2016		
Não						
15.723.709	9,920000%	0	0,000000%	15.723.709	9,920000%	
Eduardo Czernay Gutierrez						
003.623.319-60	Brasileira	Sim	Sim	25/07/2016		
Não						
381.500	0,240000%	0	0,000000%	381.500	0,240000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Maria Cristina Gomes Vieira						
656.463.129-49	Brasileira	Sim	Sim			
Não						
	803.500	0,510000%	0	0,000000%	803.500	0,510000%
Eduardo Ramos Gomes						
454.713.209-72	Brasileiro	Sim	Sim	31/03/2011		
Não						
	8.872.664	5,590000%	0	0,000000%	8.872.664	5,590000%
Heloisa Gomes Rebelo						
042.547.789-45	Brasileira	Sim	Sim			
Não						
	6.823.768	4,300000%	0	0,000000%	6.823.768	4,300000%
Eleonora Ramos Gomes						
013.808.518-82	Brasileira	Sim	Sim			
Não						
	20.186.360	12,730000%	0	0,000000%	20.186.360	12,730000%
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda						
03.609.424/0001-46	Brasileira	Sim	Sim	31/05/2011		
Não						
	408.350	0,260000%	0	0,000000%	408.350	0,260000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
César Gomes Júnior						
305.583.019-91	Brasileiro	Sim	Sim	09/12/2014		
Não						
	25.934.200	16,360000%	0	0,000000%	25.934.200	16,360000%
Marcelo Consoni Gomes						
008.532.629-18	Brasileiro	Sim	Sim	18/07/2013		
Não						
	2.000.000	1,260000%	0	0,000000%	2.000.000	1,260000%
PBG Participações Societárias Ltda						
15.033.377/0001-14	Brasileira	Sim	Sim	19/08/2014		
Não						
	7.281.797	4,590000%	0	0,000000%	7.281.797	4,590000%
Carolina Consonni Gomes						
005.529.979-27	Brasileira	Sim	Sim	18/07/2013		
Não						
	2.393.160	1,510000%	0	0,000000%	2.393.160	1,510000%
Maria Amélia Gomes Vieira						
024.514.519-20	Brasileira	Sim	Sim	23/04/2014		
Não						
	207.800	0,130000%	0	0,000000%	207.800	0,130000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Carlos Eduardo Zoppello Brennand						
029.598.008-77	Brasileiro	Sim	Sim	09/12/2014		
Não						
2.703.802	1,710000%	0	0,000000%	2.703.802	1,710000%	
OUTROS						
48.830.482	30,840000%	0	0,000000%	48.830.482	30,840000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
158.488.517	100,000000%	0	0,000000%	158.488.517	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
	Brasileiros e estadunidenses	Não	Não	10/11/2016	
Não					
15.723.709	100,000000	0	0,000000	15.723.709	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
15.723.709	100,000000	0	0,000000	15.723.709	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundos Administrados pela Kinea Investimentos Ltda					
Fundos Administrados pela Kinea Investimentos Ltda					
		Não	Não	16/01/2017	
Não					
8.343.000	100,000000	0	0,000000	8.343.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
8.343.000	100,000000	0	0,000000	8.343.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda				03.609.424/0001-46	
César Gomes Júnior					
305.583.019-91	Brasileiro	Sim	Sim		
Não					
107.287	26,270000	0	0,000000	107.287	26,270000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
César Gomes Neto					
006.211.549-97	Brasileiro	Sim	Sim		
Não					
150.531	36,860000	0	0,000000	150.531	36,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriela Richter Gomes					
007.489.389-07	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
150.531	36,860000	0	0,000000	150.531	36,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda				03.609.424/0001-46		
Maria Isabel Loyola Richter Gomes						
299.936.879-87	Brasileira	Não	Não			
Não						
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
408.350	100,000000	0	0,000000	408.350	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PBG Participações Societárias Ltda				15.033.377/0001-14		
Carolina Czernay Gutierrez						
005.692.859-92	Brasileiro	Não	Não			
Não						
682	0,010000	0	0,000000	682	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Eduardo Czernay Gutierrez						
003.623.319-60	Brasileiro	Não	Não			
Não						
682	0,010000	0	0,000000	682	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Gustavo Czernay Gutierrez						
004.113.839-22	Brasileiro	Não	Não			
Não						
682	0,010000	0	0,000000	682	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PBG Participações Societárias Ltda				15.033.377/0001-14	
Paulo Bastos Gomes					
006.666.539-68	Brasileiro	Sim	Sim		
Não					
7.279.751	99,970000	0	0,000000	7.279.751	99,970000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
7.281.797	100,000000	0	0,000000	7.281.797	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.360
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	45
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	93

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	74.013.874	46,700000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	74.013.874	46,700000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia decidiu em não publicar o organograma de seus acionistas, dado que as informações já estão expressas nos itens anteriores.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes

César Gomes Junior;
 Eleonora Ramos Gomes²;
 Eduardo Ramos Gomes;
 PBG Participação Societárias Ltda.
 Heloisa Gomes Rebelo²;
 Valério Gomes Neto;
 Carlos Eduardo Zoppello Brennand¹
 Carolina Consonni Gomes;
 Marcelo Consonni Gomes;
 Gabriela Richter Gomes;
 Paulo Bastos Gomes;
 Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda;
 Maria Cristina Gomes Vieira¹²;
 Daniel Gomes Vieira¹²;
 Miriam Gomes Vieira de Andrade¹²;
 Maria Amélia Gomes Vieira;
 Lucia Gomes Vieira Dellagnelo¹².
 Carolina Czernay Gutierrez³
 Eduardo Czernay Gutierrez³
 Gustavo Czernay Gutierrez³

¹ Os acionistas Maria Cristina, Lucia, Daniel, Miriam Gomes e Carlos Brennand são signatários do Acordo de Acionistas, aditado em 09/12/2014.

² Os acionistas Eleonora, Heloisa, Maria Cristina, Lucia, Daniel e Miriam Gomes não vincularam a totalidade das ações por eles detidas.

³ Os acionistas Carolina, Eduardo e Gustavo Czernay Gutierrez são signatários do Acordo de Acionistas, aditado em 17/08/2016.

Acionista	Qt ações vinculadas	% Participação Cap.Social	% Partic. Acordo
Cesar	25.934.200	16,36%	32,70%
Gabriela	1.522.181	0,96%	1,92%
Júnior Ltda.	408.350	0,26%	0,51%
Eleonora	16.500.000	10,41%	20,81%
Eduardo	8.872.664	5,60%	11,19%
Heloisa	6.141.391	3,87%	7,74%
Valério	2.952.744	1,86%	3,72%
Carolina	2.393.160	1,51%	3,02%
Marcelo	2.000.000	1,26%	2,52%
PBG	7.281.797	4,59%	9,18%
Maria Amélia	207.800	0,13%	0,26%
Daniel	400.000	0,25%	0,50%
Maria Cristina	401.750	0,25%	0,51%
Lucia	200.000	0,13%	0,25%
Miriam	241.050	0,15%	0,30%
Brennand	2.703.802	1,71%	3,41%
Eduardo Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Carolina Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Gustavo	381.500	0,24%	0,48%
PBC			
Total:	79.305.389	50,04%	100%

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

b) Data de celebração

Celebrado em 15 de abril de 2011, aditado em 29 de setembro de 2014 e consolidado em 09 de dezembro de 2014 e aditado e consolidado novamente em 17 de agosto de 2015.

c) Prazo de vigência

30 anos a contar de 15 de abril de 2011, alterado pela consolidação válida a partir de 01 de janeiro de 2015.

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle estão estabelecidas nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

“4.2 Exercício do Direito de Voto nas Assembleias de Acionistas da Companhia; Representação do Bloco de Controle. Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia por meio de um representante, ao qual caberá a representação do Bloco de Controle e, por conseguinte, de todos os Acionistas (“Representante do Bloco de Controle”). O Representante do Bloco de Controle fará a interlocução do Bloco de Controle com a Companhia e terá os poderes e direitos estabelecidos neste Acordo.

4.3 Representante do Bloco de Controle. O Representante do Bloco de Controle, que representará o Bloco de Controle perante a Companhia (“Representante do Bloco de Controle”) será o Acionista (ou pessoa física por ela indicada) que vier a ser eleito pelos Acionistas, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser substituído a qualquer tempo. O Representante do Bloco de Controle poderá substabelecer a representação do Bloco de Controle nas assembleias de acionistas da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

4.4 Poderes do Representante do Bloco de Controle. Os Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco de Controle o exercício do direito de voto das Ações Vinculadas, ficando o Representante do Bloco de Controle, eleito conforme a Cláusula 4.3, investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar, nas assembleias de acionistas da Companhia, toda e qualquer matéria, ficando ressalvado que, quanto às matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, conforme a Cláusula 7.1, o Representante do Bloco de Controle deverá votar conforme estabelecido em Reunião Prévia, ressalvado, outrossim, o disposto na Cláusula 4.5. Não havendo deliberação de Reunião Prévia que o instrua como votar, o Representante do Bloco de Controle votará no sentido de não deliberar a matéria colocada em votação. O Representante do Bloco de Controle exercerá seu próprio direito de voto da mesma forma como exercer o direito de voto do Bloco de Controle.”

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 5.1 e 5.2, do acordo de acionistas.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 10 e 11 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

“10. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES VINCULADAS

10.1 Restrições à Transferência de Ações Vinculadas. Os Acionistas, neste ato, obrigam-se a não Transferir, seja a que título for, inclusive por meio de uma Transferência Indireta, qualquer de suas Ações Vinculadas, suas Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, salvo conforme especificamente permitido de acordo com esta Cláusula 10 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo.

10.2 Transferências Permitidas de Ações. Somente serão admitidas Transferências de Ações Vinculadas e de Ações da PBC nos seguintes casos e desde que observado o disposto na Cláusula 10.4 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo:

(a) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC em virtude de sucessão mortis causa;

(b) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC (i) entre Acionistas, (ii) entre um Acionista e seu cônjuge, (iii) entre um Acionista e qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, (iv) entre um Acionista pessoa física e uma sociedade Controlada e direta e integralmente detida por tal Acionista ou por seu cônjuge ou qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, ou (v) entre um Acionista pessoa jurídica e seu Controlador, observado o disposto na Cláusula 11.1(g).

(c) Venda de Ações Vinculadas e de Ações da PBC a terceiro que não outro Acionista conforme previsto na Cláusula 10.3, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11;

(d) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme exigido pela Cláusula 10.5;

(e) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme permitido pela Cláusula 12;

(f) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício de Opção de Venda, conforme a Cláusula 13;

(g) Transferência de Ações Vinculadas por meio do exercício do direito de venda forçada (drag along), conforme a Cláusula 14;

(h) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício do direito de venda conjunta (tag along), conforme a Cláusula 15; e

(i) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC aprovada, por escrito, por todos os Acionistas. Para os fins desta letra (i), as Partes reconhecem e concordam expressamente que nenhum Acionista estará obrigado a aprovar qualquer Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC e que os Acionistas terão o direito de impor quaisquer condições à sua aprovação de uma Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC que porventura vierem a rever para os fins desta letra (i), inclusive a sujeição da Transferência ao exercício do direito de preferência previsto na Cláusula 11.

10.3 Vendas Privadas Limitadas de Ações Vinculadas. Os Acionistas que não detiverem Ações Não Vinculadas terão o direito de, a partir de 1º de janeiro de 2015 (ou, caso o Acionista em questão detenha Ações Não Vinculadas, a partir da data em que tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada), Transferir a terceiro que não outro Acionista (conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i)), por meio de venda privada (fora de bolsa de valores), até 10% (dez por cento) de sua Quantidade de Ações

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Vinculadas de Referência por ano calendário, a partir de 2015, de forma cumulativa, observado o disposto na Cláusula 10.4, o direito de preferência previsto na Cláusula 11 e o quanto segue:

(a) Em conformidade com o disposto na letra (a) da Cláusula 10.4, a venda das Ações Vinculadas deverá ser acompanhada da venda de um mesmo número de Ações da PBC;

(b) Na eventualidade de um Acionista passar a deter Ações Não Vinculadas, em operações futuras de compra, tal Acionista ficará automaticamente impedido de exercer o direito previsto nesta Cláusula 10.3, ficando restabelecido tal direito após tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada; Todavia, o mencionado Acionistas não perderá o direito já acumulado de Transferir a terceiro Ações Vinculadas, relativo ao período pretérito em que não detinha Ações Não Vinculadas; e,

(c) Não será considerado inadimplemento o fato de um Acionista vender parte de suas Ações Vinculadas conforme permitido por esta Cláusula 10.3 e, após tal venda, (i) adquirir qualquer Ação Não Vinculada (caso em que o Acionista terá o seu direito previsto nesta Cláusula 10.3 suspenso, conforme disposto na letra (b) acima), ou (ii) ter a sua respectiva Quantidade de Ações Vinculadas de Referência reduzida em decorrência do exercício por tal Acionista, no mesmo ano calendário, de Opção de Venda, de forma que a quantidade de Ações vendidas por tal Acionista de acordo com esta Cláusula 10.3 no ano calendário em questão passe a ser superior à quantidade de Ações que tal Acionista teria tido direito de vender com base na sua nova Quantidade de Ações Vinculadas de Referência.

10.4 Condições para a Eficácia de Transferências Permitidas de Ações. Toda e qualquer Transferência de Ações Vinculadas ou de Ações da PBC permitida pelo presente Acordo, conforme a Cláusula 10.2, somente poderá ser efetivada se atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

(a) A Transferência de Ações Vinculadas deverá ser necessariamente acompanhada da Transferência de um mesmo número de Ações da PBC, ao mesmo adquirente, não sendo permitida, em hipótese alguma, a Transferência de Ações Vinculadas independentemente da Transferência de Ações da PBC e vice-versa;

(b) A Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC entre Acionistas deverá observar o exercício do disposto na Cláusula 11, de modo a permitir um tratamento isonômico entre os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados");

(c) A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá que o adquirente, se já não for parte deste Acordo, torne-se parte deste Acordo, por meio da celebração de um aditivo a este Acordo ou, na falta deste, de um termo de adesão na forma da minuta constante do Anexo 10.4 do presente, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista alienante, constituindo a adesão a este Acordo condição para a Transferência;

(d) A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá, outrossim, que o adquirente forneça ao Banco Depositário toda a documentação e celebre e adira a todos os contratos necessários ou convenientes para que o Banco Depositário dê cumprimento ao disposto na Cláusula 13;

(e) Além da obrigação de adesão prevista na letra (b) acima, o adquirente de quaisquer Ações Vinculadas e de Ações da PBC deverá cumprir quaisquer exigências previstas no Regulamento do Novo Mercado e na legislação aplicável; e

(f) Todas os demais requisitos exigidos por este Acordo em relação à Transferência, conforme aplicáveis (incluindo, no caso de Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC, por meio de venda privada, conforme permitido pela Cláusula 10.3, a observância do direito de preferência previsto na Cláusula 11), deverão ter sido observados, sob pena

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

de não viabilizar a efetiva transferência e o exercício dos direitos patrimoniais e políticos intrínsecos à titularidade das Ações Vinculadas.

10.5 Transferência Obrigatória de Ações Vinculadas por Não Residentes. Qualquer Acionista que, no caso de pessoa natural, seja ou se torne não residente no Brasil ou cuja sede, no caso de pessoa jurídica, não esteja situada no Brasil, deverá constituir uma sociedade brasileira, com sede e administração no Brasil, para servir como Acionista em seu lugar, transferindo-lhe a totalidade de suas Ações Vinculadas e de suas Ações da PBC. A sociedade em questão deverá ser Controlada e seu capital deverá ser direta e integralmente detido pelo Acionista e/ou seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, livre e desembaraçado de Ônus. A Transferência das Ações Vinculadas e das Ações da PBC à referida sociedade deverá ser feita de acordo com a Cláusula 10.4 e as demais disposições aplicáveis deste Acordo.

10.6 Nulidade de Transferências Não Permitidas. Qualquer Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, ou tentativa de Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, inclusive por meio de Transferência Indireta, em violação às disposições deste Acordo será nula e ineficaz e não será reconhecida nem produzirá efeitos perante os Acionistas, a Companhia ou a PBC, ficando a Companhia, a PBC e a instituição depositária das Ações da Companhia ou das Ações da PBC, conforme o caso, proibidas de registrar a Transferência. O Acionista que houver buscado Transferir Ações Vinculadas, Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC em violação ao disposto neste Acordo de Acionistas, será considerado inadimplente deste Acordo, ficando sujeito a todas as sanções aplicáveis.

10.7 Descumprimento de Exigências em Caso de Transferência Mortis Causa. No caso de a Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC se dar mortis causa, a falta de celebração, pelo adquirente, da documentação referida nos itens (b), (c) e (d) da Cláusula 10.4 constituirá inadimplemento ao presente Acordo, porém não prejudicará a continuidade do vínculo do presente Acordo sobre o adquirente e sobre as Ações Transferidas.

10.8 Transferências de Ações Não Vinculadas. O presente Acordo não impede a Transferência, por qualquer dos Acionistas, de quaisquer Ações Não Vinculadas, as quais não estão sujeitas a qualquer restrição para sua Transferência.

11. DIREITO DE PREFERÊNCIA.

11.1 Direito de Preferência em Venda Privada de Ações Vinculadas. Sem prejuízo de quaisquer outras disposições aplicáveis deste Acordo, no caso de um Acionista desejar vender privadamente a terceiro que não outro Acionista ou a outro Acionista parte de suas Ações Vinculadas e Ações da PBC conforme a Cláusula 10.3, aplicar-se-á o que se segue:

(a) O Acionista que desejar vender suas Ações ("Acionista Alienante") deverá obter do possível adquirente ("Proponente") proposta firme ("Proposta") para a compra das respectivas Ações, até a quantidade máxima passível de ser vendida de acordo com o disposto na Cláusula 10.3 ("Ações Ofertadas"), e deverá notificar, por escrito ("Aviso de Venda Privada"), os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados"), oferecendo-lhes as Ações Vinculadas e as Ações PBC objeto da pretendida venda. O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (incluindo, se houver, o respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente (e, se pessoa jurídicas, os seus Controladores), (iii) especificar o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro, e que deverá ser alocado entre as Ações Vinculadas e as Ações da PBC que compuserem as Ações Ofertadas de forma que o preço atribuído às Ações da PBC corresponda ao seu custo de aquisição pelo Acionista Alienante e o saldo às Ações Vinculadas), (iv) especificar as condições de pagamento e

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

demais condições da Proposta, (v) informar se a venda enseja a aplicação do Direito de Venda Conjunta, conforme a Cláusula 15, e (vi) conter compromisso irrevogável do Proponente de observar o disposto na Cláusula 10.4 em tudo o que lhe couber e de, caso aplicável e exercido o Direito de Venda Conjunta e não exercido o direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1, adquirir todas as Ações Ofertadas e todas as Ações Ofertadas Adicionais.

(b) *Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco de Controle, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.*

(c) *Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1 deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.*

(d) *O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência deverá(ão) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de seu(s) respectivo(s) Percentual(ais) de Participação no Bloco de Controle, excluídos os Percentuais de Participação no Bloco de Controle do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.*

(e) *No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima.*

(f) *Caso o Proponente seja um Acionista, conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i), este Acionista será tratado como um Acionista Ofertado com direito de preferência exercido, independente de sua manifestação formal.*

(g) *No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas e, se for o caso, das Ações Ofertadas Adicionais, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima. Caso a compra e venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 11.1.*

(h) *Na hipótese de ser aplicável o Direito de Venda Conjunta, observar-se-á, também, o disposto na Cláusula 15.”*

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Conforme o item 4.8 e 4.9 do acordo de acionistas, os Representantes exercerão e os Acionistas e o Bloco de Controle farão com que os Representantes exerçam, seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo e em estrita observância das deliberações tomadas nas Reuniões Prévias, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste Acordo

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

e de tais instruções. O presidente da assembleia de acionistas ou o presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computarão qualquer voto proferido com infração ao presente Acordo.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nome: Eleonora Ramos Gomes
 CPF/CNPJ: 013.808.518-82
 Qualificação: Acionista Controladora

Saldo Inicial						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade	% de participação		
				Mesma Espécie/ Classe	Total	
Ações	Ordinárias		-	-	-	
Movimentações nos três últimos exercícios sociais						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Operação	Data	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	Incorporação Portobello Participações Cerâmicas S/A	Abril/2008	27.329.560	17,19%	17,19%
Ações	Ordinárias	Venda	Março/2010	488.100	0,31%	0,31%
Ações	Ordinárias	Venda	Abril/2010	300	0,00%	0,00%
Ações	Ordinárias	Venda	Agosto/2010	5.000.000	3,14%	3,14%
Ações	Ordinárias	Venda	Julho/2013	42.200	0,03%	0,03%
Ações	Ordinárias	Venda	Agosto/2013	2.000	0,00%	0,00%
Ações	Ordinárias	Venda	Setembro/2013	131.800	0,08%	0,08%
Ações	Ordinárias	Venda	Outubro/2013	321.800	0,20%	0,20%
Ações	Ordinárias	Venda	Novembro/2013	1.013.800	0,64%	0,64%
Ações	Ordinárias	Venda	Dezembro/2013	78.000	0,05%	0,05%
Ações	Ordinárias	Venda	Março/2014	65.200	0,04%	0,04%
Saldo Final						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade	% de participação		
				Mesma Espécie/ Classe	Total	
Ações	Ordinárias		20.186.360	12,70%	12,70%	

15.7 - Principais operações societárias

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se aplica, dado que não ocorreram operações societárias significativas que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia contrata operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado.

Por este motivo a Companhia não adota regras, políticas ou práticas específicas às transações com partes relacionadas.

Para composição deste item foram observadas as “orientações para o fornecimento de informações adicional” emitidas pela BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) em abril de 2006. Cujas seções VI (Contratos com o mesmo Grupo) permite a não divulgação dos contratos com sociedades nas quais a Companhia tenha participação igual ou superior a 95% do capital social. Afim simplificar operacionalmente a publicação das operações.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Solução Cerâmica e Comércio Ltda.	01/09/2013	15.706.680,46	0	0	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	As condições padrão de circular de oferta da rede de franquias						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	01/10/2010	6.909.526,16	0	0	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	As condições padrão de circular de oferta da rede de franqueada						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	01/12/2002	42.440.000,00	0	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável. O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral (compensação tributária) do crédito apurado em liquidação de sentença.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gomes Participações Societárias Ltda	01/01/2011	184.000,00	0	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores						
Objeto contrato	Contrato de locação não residencial.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda	01/05/2007	88.705,95	0	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ex - Membro do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Contrato de consultoria financeira						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	A qualquer tempo por ambas as partes, desde que a comunicação seja feita com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	04/01/2002	40.000.000,00	R\$ 100.398.000,00	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'						
Garantia e seguros	Como o processo de cessão de crédito ainda não transitou em julgado, a cedente deu garantia para a Companhia no montante atualizado de R\$ 100.398.000,00 a ser executado na eventualidade do crédito fiscal ser glosado em última instância.						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável. O término do contrato opera-se por ocasião da compensação tributária dos créditos cedidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Os conflitos de interesse são equacionados por meio de interlocução direta com a parte relacionada, ocasião em que a Companhia é intransigente na defesa e salvaguarda de seus legítimos interesses, o eventual insucesso e ensejará discussão judicial.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Refinadora Catarinense S/A – Os contratos de créditos tributários celebrados com a parte relacionada Refinadora Catarinense S/A tinham o condão de permitir a cessão de créditos tributários entre empresas do mesmo grupo econômico vigorava a época. Em caso de votações, os acionistas César Gomes Junior, Cesar Bastos Gomes e o Conselheiro Glauco José Corte se abstém de opinião.

As franqueadas: Solução Cerâmica e Comércio Ltda. e Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda., são de propriedade de acionistas do grupo de controle da Companhia, e ambas habilitaram-se a um processo de seleção de franqueados, de forma isonômica e, apenas após a conclusão do processo, foi celebrado o contrato de franquia.

A Companhia aluga uma sala comercial da Gomes Participações Societárias Ltda, onde alguns sócios cotistas fazem parte do grupo de controle da Portobello S/A. Os valores envolvidos são baseados nos padrões de mercado.

A Companhia publicou de 2012 a 2015 algumas informações societárias no veículo de informação “Jornal Notícias do Dia SC”, onde o Conselheiro Mário José Gonzaga Petrelli atua como Diretor.

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2016	119.565.164,31		158.488.517	0	158.488.517
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/2016	0,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2013	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	5.266.920,03	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2014	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	30.500.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2015	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	23.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que não houve grupamentos ou bonificações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
22/11/2012	22/11/2012	72.159.243,12	159.008.924	0	159.008.924	0,00000000	0,00

Forma de restituição

Não se aplica, dado que a redução do capital social da Companhia se dá em função de uma perda patrimonial. Assim sendo, como o capital já estava integralizado, não haverá redução da quantidade de ações, bem como, restituição aos acionistas.

Razão para redução

A redução voluntária no capital social da Companhia ocorrerá devido à perda patrimonial, resultando na absorção de prejuízos acumulados, amparado pelo Art. 173 da Lei 6.404/76, não havendo alteração na quantidade total de ações. Como consequência os eventuais lucros apurados a partir de então não serão mais destinados à conta de prejuízos acumulados, ficando a disposição da AGO.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. Desse modo, o capital social da Companhia é composto exclusivamente de ações ordinárias. Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Política de Negociação de Valores Mobiliários, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e na forma ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 ("Política de Negociação de Valores Mobiliários") deste Formulário de Referência.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia prevêem que a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 46 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembleia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 43 e seguintes do estatuto social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica, tendo em vista que não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.375.074	4,23	3,58	R\$ por Unidade	3,88
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.703.047	3,50	3,01	R\$ por Unidade	3,26
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.542.626	2,91	2,52	R\$ por Unidade	2,64
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.137.908	2,44	2,04	R\$ por Unidade	2,20

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.589.377	4,86	4,14	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.218.251	5,40	4,92	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	46.907.071	5,10	4,65	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.341.589	4,90	4,29	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	48.968.714	4,99	4,37	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	44.679.815	5,69	4,78	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.111.278	4,55	4,03	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	55.791.376	5,15	4,56	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão
Data de emissão	26/11/2015
Data de vencimento	26/11/2022
Quantidade (Unidades)	2.000
Valor nominal global (Reais)	200.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados, no âmbito da Instrução CVM 476, sendo que as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, resgatar antecipadamente a integralidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, a seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita prévia de 10 dias úteis ("Resgate Antecipado Total"). O Resgate Antecipado Total será feito pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização da respectiva série, conforme o caso, ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração da respectiva série, conforme o caso; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii) um prêmio flat entre 0,75% a 2,00%, calculado sobre o valor total do Resgate Antecipado Total.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures foram emitidas pela Portobello, na forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não são conversíveis em ações de emissão da Portobello. Foram emitidas 1.000 debêntures da primeira série, com data de vencimento em 26/11/2022 e remuneração correspondente a 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 dia acrescido de um spread ou sobretaxa de 3,55% ao ano. Foram emitidas 1.000 debêntures da segunda série, com data de vencimento em 26/11/2020 e remuneração correspondente a 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 dia acrescido de um spread ou sobretaxa de 3,15% ao ano. As Debêntures são garantidas por (i) fiança da Portobello Shop S/A ("Fiadora"); (ii) cessão fiduciária dos recebíveis da Portobello decorrentes de boletos bancários; e (iii) hipoteca em 1º grau de imóveis operacionais e não operacionais localizados nos municípios de Tijucas, Santa Catarina e Porto Belo, Santa Catarina ("Garantias"). As Debêntures foram depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"); e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP. Foi contratado como para atuar como agente fiduciário a Planner Trustee DTVM Ltda. Tal contratação deu-se em termos e condições gerais de mercado. As restrições impostas a emissora estão descritas no item outras características relevantes abaixo.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As deliberações tomadas pelos debenturistas em Assembleia Geral dos Debenturistas de cada Série deverão representar, em regra, no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção da alteração das seguintes matérias relacionadas as Debêntures (i) remuneração, (ii) condições de prazo, (iii) amortização e espécie, (iv) as hipóteses de vencimento antecipado e (v) outros quóruns estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures, que deverão ser aprovados por 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (considerando as debêntures da primeira e segunda série).

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “PTBL3”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

As ações da Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia não emitiu quaisquer títulos relevantes no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras informações relevantes

A oferta pública de aquisição acima referida também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia; e em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem, ainda, que aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle desta, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) controlador (es) ou grupo de acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 40 do Estatuto Social;

(ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV.

(iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle.

O(s) acionista(s) controlador (es) alienante(s) ou o grupo de acionistas controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle para o acionista adquirente, enquanto este último não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores.

Informação complementar ao item 18.5

Outras características relevantes

A Escritura de Emissão apresenta hipóteses de vencimento antecipado, dentre as quais, destacam-se resumidamente: (i) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido por depósito judicial e/ou contestada no prazo legal contra a Companhia e/ou a Fiadora; (ii) não cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Companhia e/ou da Fiadora; (iv) caso a Escritura de Emissão e as Garantias sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou pela Fiadora; (v) caso as Garantias não sejam devidamente constituídas, sejam anuladas, ou de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas; (vi) reorganização societária da Companhia; (vii) alteração do controle da Companhia e/ou da Fiadora; (ix) cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; (x) transformação societária da Companhia; (xi) realização de qualquer pagamento de dividendos acima de 50% do valor do lucro líquido da Companhia; (xii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (xiii) redução de capital social da Companhia e/ou da Fiadora; (xiv) se a Escritura de Emissão for declarada inválida, nula ou inexecutável; (xv) inveracidade das caso quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xvi) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (xvii) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia; (xviii) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Fiadora, com valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Companhia e/ou

18.12 - Outras informações relevantes

pela Fiadora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) caso a Escritura de Emissão ou as Garantias sejam objeto de questionamento judicial por terceiros; (xx) alteração ou modificação do objeto social da Companhia; (xxi) inadimplemento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior a R\$5.000.000,00, em qualquer acordo ou contrato de que seja parte; (xxii) se a Companhia e/ou a Fiadora alienar ou onerar quaisquer bens de seu ativo de valor correspondente a 10% do valor dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora ou R\$10.000.000,00, o que for menor; (xxiii) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xxiv) caso ocorra qualquer mudança adversa relevante e/ou alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Companhia e/ou da Fiadora; (xxv) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia de propriedade ou posse, de bens cujo valor seja igual ou superior a 5% dos ativos imobilizados da Companhia; (xxvi) descumprimento, pela Companhia, de determinados índices financeiros.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia protocolou em 28 de maio de 2015 pedido de dispensa à CVM para (i) manutenção em tesouraria de ações em quantidade superior a 10% das ações em circulação e (ii) recompra de ações de sua emissão em preço superior ao valor de mercado com o intuito de realizar uma oferta pública de aquisição de ações voluntária ("OPA de Recompra"). O objetivo da OPA de Recompra era realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa de modo a maximizar a geração de valor ao acionista por meio da alocação de capital da empresa, por entender que as ações de sua emissão estavam sub avaliadas, não refletindo o seu efetivo valor. Mas, em 19 de outubro de 2015, antes do pronunciamento da CVM, a Companhia informou ao mercado, na forma de Fato Relevante, que em razão de condições de mercado adversas, decidiu que não mais realizará a oferta pública de aquisição de ações voluntária dirigida às ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 1994 a Portobello S/A celebrou acordo de cooperação financeira com o International Finance Corporation (IFC) e como obrigação acessória, assumiu o compromisso de fomentar a participação de seus funcionários no seu quadro societário através da oferta de ações, possibilitando que fossem financiadas direto com a Companhia, mediante desconto em folha de pagamento.

Já em 1997, como alguns funcionários não tinham mais interesse em continuar amortizando o financiamento, assinaram um termo de desistência transferindo a posse destas ações novamente para a Companhia, que as executou no quarto trimestre de 2013, reconhecendo-as como ações em tesouraria conforme aprovação do Conselho de Administração em outubro de 2013. A Companhia registrou as ações em tesouraria a valor de mercado, levando em consideração os estudos realizados na época, que verificaram que o valor do custo histórico do ativo que originou as ações era superior ao valor de mercado na data da contabilização. Por isso as ações foram avaliadas pelo valor de mercado, registradas no resultado do exercício, e as cotações correspondem ao dia de cada transferência que foi entre outubro e dezembro de 2013, a cotação média de R\$ 4,90, no montante de R\$ 2.545.

Em 07 de agosto de 2014 a Reunião do Conselho de Administração deliberou e aprovou o cancelamento das 520.407 ações tidas em tesouraria, derivadas de garantia de financiamento de venda de ações aos empregados, e que a quantidade total de ações da Companhia passa de 159.008.924 para 158.488.517.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

A Companhia protocolou em 28 de maio de 2015 pedido de dispensa à CVM para (i) manutenção em tesouraria de ações em quantidade superior a 10% das ações em circulação e (ii) recompra de ações de sua emissão em preço superior ao valor de mercado com o intuito de realizar uma oferta pública de aquisição de ações voluntária (“OPA de Recompra”). O objetivo da OPA de Recompra era realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa de modo a maximizar a geração de valor ao acionista por meio da alocação de capital da empresa, por entender que as ações de sua emissão estavam sub avaliadas, não refletindo o seu efetivo valor.

Em 19 de outubro de 2015, antes do pronunciamento da CVM, a Companhia informou ao mercado, na forma de Fato Relevante, que em razão de condições de mercado adversas, decidiu que não mais realizará a oferta pública de aquisição de ações voluntária dirigida às ações de sua própria emissão.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**12/04/2010****Cargo e/ou função**

Os Diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relação com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorrerem alterações e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico.

É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período de tempo superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:

(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes à:

- Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;
- Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.

(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relação com Investidores.

Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia.

É vedado às pessoas mencionadas acima, realizar com valores mobiliários de emissão da Companhia, da controladora e das controladas, operações nas modalidades a termo, futuro e compra e venda em margem.

A Companhia e as pessoas mencionadas acima deverão zelar para que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação societária, comercial, profissional ou de confiança não negociem valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a informações privilegiadas.

20.2 - Outras informações relevantes

Caberá ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições legais e estatutárias inerentes ao cargo, zelar pelo fiel cumprimento destas Políticas, consultando, sempre que julgar necessário, o Presidente da Companhia. Ele deverá obter a adesão formal das pessoas mencionadas acima, mediante a assinatura dos mesmos no Termo de Adesão, os quais, em conjunto com as presentes Políticas deverão ser encaminhados à CVM e as Bolsas de Valores, conforme previsto no Art. 17 da Instrução CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa, entre outras coisas, à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os acionistas controladores, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, ficam obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa Política configura infração grave, sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas Políticas também aplicam-se às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão ainda zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, dêem às mesmas tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das Políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor de Relação com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor de Relação com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de cinco anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor de Relação com Investidores, todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de cinco anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor de Relação com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Cabe ao Diretor de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.